



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**INSTITUTO DE CULTURA E ARTE**  
**DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**FRANCISCO RAFAEL DA SILVA GOMES**

**EXISTÊNCIA, NOMES PRÓPRIOS E LÓGICA LIVRE**

**FORTALEZA**

**2020**

FRANCISCO RAFAEL DA SILVA GOMES

EXISTÊNCIA, NOMES PRÓPRIOS E LÓGICA LIVRE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em filosofia. Área de concentração: filosofia da lógica.

Orientador: Prof. Dr. Cicero Antônio Cavalcante Barroso.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

G614e Gomes, Francisco Rafael da Silva.

Existência, nomes próprios e lógica livre / Francisco Rafael da Silva Gomes. – 2020.  
77 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Cicero Antônio Cavalcante Barroso.

1. Existência. 2. Predicação. 3. Nomes próprios. 4. Lógica livre. I. Título.

CDD 100

---

FRANCISCO RAFAEL DA SILVA GOMES

EXISTÊNCIA, NOMES PRÓPRIOS E LÓGICA LIVRE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em filosofia. Área de concentração: filosofia da lógica.

Aprovada em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Cicero Antônio Cavalcante Barroso (orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Valdetonio Pereira Alencar  
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

---

Prof. Dr. Ralph Leal Heck  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Camila Alves e Anne Eloah.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me conduzido não pelos caminhos mais fáceis, mas certamente pelos melhores.

A minha família pela confiança e incentivo de sempre.

A minha esposa e minha filha, pelo carinho e incentivo.

Ao meu colega Me. Octávio Garcia, pelas conversas sempre produtivas.

Ao prof. Dr. Valdetonio Pereira Alencar por aceitar o convite para a banca de defesa e por suas observações lógicas e semânticas.

Ao prof. Dr. Halph Leal Heck por aceitar o convite para a banca de defesa e por apontar as falhas lógicas e de clareza.

Ao meu orientador prof. Dr. Cicero Antônio Cavalcante Barroso, pela sua paciência, atenção e dedicação.

Ele [Leibniz] estava sempre engajado em tentar construir uma tal lógica matemática como a que temos agora, ou antes uma tal lógica como Boole construiu, e ele estava sempre falhando por causa de seu respeito por Aristóteles. Sempre que ele inventava um sistema realmente bom, como ele fez diversas vezes, sempre se mostrava que tais modos como Darapti são falaciosos. Se você diz “todo A é B e todo A é C, portanto algum B é C” – se você diz isto você incorre em uma falácia, mas ele não podia levar ele próprio a acreditar que era falacioso, assim ele começava novamente. Isto mostra que não se deve ter tanto respeito por homens distintos (RUSSELL, 1986, p. 202).

## RESUMO

O presente trabalho lida com o problema das sentenças de existência que envolvem nomes próprios. A questão principal é “Qual a função do termo “existe” em predicções singulares de existência?”. Há, basicamente, dois tipos de sentenças existenciais singulares: afirmativa (*a* existe) e negativa (*a* não existe). O problema é que o primeiro tipo gera tautologias e o segundo contradições. Para lidar com esse problema, examinamos o conceito de existência de primeira ordem e os problemas que ele pode levantar. Assim, esse trabalho é dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, retomamos o debate clássico acerca de predicções singulares entre Alexius Meinong e Bertrand Russell. Também discutimos o critério ontológico fornecido por Quine. No segundo capítulo, apresentamos e discutimos três perspectivas (Kripke, Salmon e Branquinho) que buscam sustentar que “existe” desempenha o papel de predicado de primeira ordem. No terceiro capítulo, apresento o sistema de lógica livre de Hintikka. Esse sistema fornece uma explicação para a ocorrência de nomes vazios no âmbito da lógica. Utilizo a proposta de Hintikka para fortalecer logicamente a ideia de que existência é um predicado de primeira ordem. Com base nas ideias de Hintikka e Salmon, desenvolvo uma abordagem dos nomes da linguagem natural e das sentenças existenciais.

**Palavras-chave:** Existência. Predicação. Nomes próprios. Lógica livre.

## ABSTRACT

In this work, I investigate the problem of existential sentences involving proper names. The main question is: “What is the role of the term ‘exist’ in singular existential predications?” There are two types of singular existential sentences: affirmative (*a* exists) and negative sentences (*a* does not exist). True affirmative sentences yield tautologies; true negative sentences yield inconsistencies. In order to scrutinize these issues, this work exhibits three parts. Firstly, I discuss the classic debate on singular predications regarding the works of Alexius Meinong and Bertrand Russell. The Ontological Commitment criterion provided for Quine is also investigated. Secondly, three perspectives are scrutinized—Kripke, Salmon and Branquinho. They defend that “existence” is a first order predication. Lastly, I present Hintikka’s free logic. His system provides an account for the occurrence of empty names in a formal logic. I use Hintikka’s proposal for defending that existence is a first order predicate. Regarding existential sentences, I develop a proposal for empty names in ordinary language. My approach is based on the ideas from Hintikka and Salmon.

**Keywords:** Existence. Predication. Proper names. Free logic.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2</b>	<b>O DEBATE CLÁSSICO ACERCA DO CONCEITO DE EXISTÊNCIA</b> .....	15
<b>2.1</b>	<b>A teoria dos objetos de Meinong</b> .....	15
2.1.1	<i>Subsistentes</i> .....	17
2.1.2	<i>Objetos sem Ser</i> .....	17
2.1.3	<i>Nomes próprios e existência</i> .....	19
2.1.4	<i>Sobre forma lógica</i> .....	21
<b>2.2</b>	<b>A crítica de Russell</b> .....	21
2.2.1	<i>Comprometimento ontológico</i> .....	22
2.2.2	<i>A teoria das descrições de Russell</i> .....	23
2.2.3	<i>A crítica de Russell ao predicado de existência de primeira ordem</i> .....	27
2.2.4	<i>Existenciais singulares com nomes próprios</i> .....	29
<b>2.3</b>	<b>Quine e o critério ontológico</b> .....	31
<b>2.4</b>	<b>Tudo ou nada</b> .....	34
<b>3</b>	<b>EXISTÊNCIA COMO UM PREDICADO DE PRIMEIRA ORDEM</b> .....	35
<b>3.1</b>	<b>Kripke e as sentenças existenciais</b> .....	36
3.1.1	<i>A tese da designação rígida</i> .....	36
3.1.2	<i>Existenciais afirmativos</i> .....	38
3.1.3	<i>Existenciais negativos</i> .....	41
<b>3.2</b>	<b>Salmon e os Problemas com o predicado de existência</b> .....	45
3.2.1	<i>Existenciais afirmativos e negativos</i> .....	47
<b>3.3</b>	<b>Crítica a Kripke e Salmon</b> .....	51
<b>3.4</b>	<b>A definição de existência de Branquinho</b> .....	52
<b>4</b>	<b>LÓGICA LIVRE APLICADA A ENUNCIADOS EXISTENCIAIS</b> .....	55
<b>4.1</b>	<b>Hintikka e o problema dos nomes vazios</b> .....	56
4.1.1	<i>Lógica de predicados e os termos vazios</i> .....	58
4.1.2	<i>Lógica livre de pressuposições</i> .....	62
<b>4.2</b>	<b>Nomes próprios na linguagem natural</b> .....	65
4.2.1	<i>Enunciados de existência</i> .....	71
<b>4.3</b>	<b>Algumas objeções</b> .....	71
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	74
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	77

## 1 INTRODUÇÃO

O problema dos nomes próprios consiste em determinar como nomes próprios referem. Apesar de haver bastante debate quanto à resposta correta, há ainda mais perplexidade quando lidamos com nomes sem referência. Se nomes próprios servem para se referirem às coisas, como funcionam os nomes que não referem? Essa classe é conhecida como nomes vazios. Basicamente, dois tipos de problemas circundam essa classe: (i) o problema dos nomes ficcionais e (ii) o problema das sentenças existenciais. O primeiro problema consiste em explicar como nomes ficcionais referem, se seu referente é meramente imaginário. O segundo envolve a ocorrência de nomes próprios em enunciados existenciais. Se nomes próprios servem fundamentalmente para denotar, então qualquer afirmação de existência envolvendo nomes será tautológica e qualquer negação será contraditória. Embora o problema (i) também envolva em alguns contextos sentenças existenciais, sua temática é bem mais complexa. Trata-se de explicar como essas entidades putativas devem ser entendidas ontologicamente. Dessa maneira, toda referência ao primeiro problema durante esse trabalho será para elucidar alguma ligação das entidades fictícias com o predicado de existência. Neste trabalho, abordamos o segundo problema.

Antes de qualquer coisa, precisamos elucidar nossa ideia inicial de nome próprio. A princípio, entenderemos um nome próprio como algo próximo à noção defendida por John Stuart Mill (1979). Nomes próprios são expressões linguísticas que possuem como sua função principal referir, eles não expressam qualquer significado, não descrevem quaisquer características de seus referentes. Em linguagem milliana, nomes próprios não conotam, apenas denotam. Assim, os nomes próprios funcionam como um apontar, com a vantagem de que o objeto pode não estar no local do proferimento e não necessitamos de um gesto demonstrativo auxiliar. Em suma, os nomes referem diretamente, usando a metáfora de Susan Haack (2002, p. 101), nomes funcionam como arpões, pescam seus referentes com um movimento direto e certo.

A ocorrência de nomes próprios em enunciados existenciais pode apresentar-se de duas maneiras: enunciados afirmativos (Moisés existe) e enunciados negativos (Youth<sup>1</sup> não existe). Cada enunciado gera problemas diferentes, então vejamos o que ocorre em cada caso. Com base na nossa ideia inicial de nome próprio, enunciados existenciais afirmativos

---

<sup>1</sup> Suponhamos ser um nome dado à fonte da juventude.

deveriam ser interpretados como a atribuição de existência a um determinado objeto. Estamos afirmando que o objeto referido por “Moisés” existe. O problema é que assumimos que nomes servem, basicamente, para referir objetos. Assim, se temos o nome, temos o objeto. O que significa que, aparentemente, se verdadeiro, o enunciado “Moisés existe” seria trivialmente verdadeiro. Naturalmente, não parece trivial dizer que Moisés existe, visto que ele poderia não ter existido. De fato, algumas pessoas podem acreditar que Moisés nunca existiu. Como podemos explicar a informatividade desse tipo de sentença?

Por sua vez, o enunciado existencial negativo representa a negação da existência de um objeto. Ou, se preferir, a atribuição de não-existência a um objeto. Afirmamos que o objeto referido por “Youth” não existe. Se todo nome possui a função principal de referir, teríamos que assumir uma referência para “Youth”, para em seguida afirmar que essa referência não existe. Isso acaba por gerar uma contradição, pois quando temos o nome, temos o objeto. Não podemos afirmar de um objeto que ele não existe, pois se temos o objeto, ele existe. Além desse ponto, há uma questão de intuição, pois sentenças existenciais negativas como essa não parecem expressar algo contraditório. De fato, reconhecemos como verdadeiro “Youth não existe”. Sabemos (talvez a maioria de nós) que não há uma referência para o nome. Como pode, então, um nome sem referência compor uma sentença verdadeira?

Importa destacar que duas áreas que concentram concepções diversas estão em jogo aqui. São elas: Ontologia e lógica. Independentemente da nossa leitura dos enunciados existenciais, duas questões podem ser levantadas. A primeira delas é a respeito do comprometimento ontológico. Por compromisso ontológico entende-se a exigência de reconhecer uma entidade putativa como algo que ocupa uma posição privilegiada no domínio da nossa linguagem. Podemos falar de diferentes graus ontológicos, no entanto, o mais comum é “existência”. Podemos, então, dizer que nos comprometemos ontologicamente com uma entidade, quando temos que assumir sua existência para fundamentar semanticamente nossas sentenças. No caso dos nomes próprios, precisamos saber se “Moisés” nos compromete ontologicamente com o objeto de sua referência. Ao depender da resposta (afirmativa ou negativa), diferentes concepções podem ser identificadas.

A segunda questão envolve a interpretação lógica conferida ao conceito de existência. Basicamente, podemos representar existência de duas maneiras: primeiro, como um predicado de primeira ordem, isto é, aplicável diretamente aos objetos. Segundo, como um predicado de ordem superior, quando ele age sobre outros predicados. Aqui temos justificativas para qualquer um dos dois caminhos, cabe-nos determinar quais as mais relevantes. Por um lado, a ideia de existência como um predicado de primeira ordem está de

acordo com nossa intuição do conceito. Quando afirmamos que um objeto existe, parecemos estar dirigindo o predicado de existência ao objeto e não às suas propriedades. Analogamente, quando negamos a existência de algo, estamos negando a existência de um objeto e não de propriedades sendo instanciadas. Outro fator a favor dessa ideia, esse mais controverso, é que podemos atribuir propriedades ao que não existe. Assim, existência não é um pré-requisito para instanciar propriedades. Na verdade, existência enquanto predicado de primeira ordem é meramente mais uma propriedade, ela não impede a instanciação de todas as outras.

Por outro lado, a perspectiva de um predicado de existência de segunda ordem (representado pelo quantificador existencial) funcionou e parece funcionar muito bem no que conhecemos como a lógica de predicados padrão (lógica clássica). Dado que a lógica clássica sustenta uma grande quantidade das nossas intuições, o apelo intuitivo também poderia ser justificado.

O fato é que a ideia de existência como um predicado de primeira ordem parece, no mínimo, ser diretamente mais intuitiva. Quando lidamos com tais casos de enunciados singulares, como os dos exemplos anteriores, essa intuição aparenta ser reforçada. Todavia, a concepção de existência como um predicado de primeira ordem não é filosoficamente consistente. Atribuir existência ao objeto é trivial e negá-la é contraditório devido a um teorema da teoria da quantificação que afirma que “todo objeto existe”. Podemos caracterizar esse problema como uma questão semântica. Como podemos aplicar existência a objetos, se ao enunciarmos uma sentença acerca de um objeto parecemos estar irrestritamente comprometidos com sua existência prévia?

Também temos um problema de ordem lógica. Mais uma vez baseado no teorema de que “todo objeto existe”, todos os termos singulares da lógica de predicados (constantes individuais) possuem um *denotatum* no espaço lógico. Nesse sentido, sentenças existenciais singulares afirmativas seriam verdades lógicas (tautológicas). Por outro lado, as sentenças existenciais singulares negativas seriam contradições lógicas. Vejamos as formulas lógicas geradas em cada caso:

(1)  $Ea$

(2)  $\neg Eb$

Ambas as sentenças possuem a ocorrência de um predicado ‘E’ que representa o predicado de existência de primeira ordem. No caso (1) a constante individual ‘a’ denota Moisés, a tradução seria o enunciado que estamos analisando “Moisés existe”. No caso (2) a constante individual ‘b’ denota Youth, a tradução é o enunciado “Youth não existe”. Essa formalização não é padrão, normalmente se usa o quantificador ‘ $\exists$ ’ para representar existência. Entretanto,

partimos dessa formalização para deixar mais claro como um predicado de existência de primeira ordem pode ocasionar problemas de ordem lógica. Assim como no problema semântico, os resultados produzidos não parecem corresponder à realidade.

Nesse sentido, para resolver o problema dos enunciados existenciais devemos lidar com esses dois problemas. Primeiro, mostrar como podemos tornar a ideia de um predicado de existência de primeira ordem numa posição filosoficamente consistente. Segundo, como podemos acomodar os existenciais singulares e o conceito de existência de primeira ordem numa análise lógica que não produza resultados duvidosos. Mais diretamente, como podemos evitar que (1) constitua uma verdade lógica e (2) uma contradição lógica?

Defensores de posições opostas, em ambas as questões apontadas, Meinong (1960) e Russell (1905, 1986) travam o debate clássico do problema com enunciados existenciais. Enquanto Meinong sustenta o comprometimento ontológico e parece defender um conceito de existência de primeira ordem, Russell defende uma ontologia com poucos compromissos e um conceito de existência de ordem superior. Meinong defende que existência é uma propriedade de objetos e que os objetos não precisam instanciá-la para possuírem outras propriedades. O autor também sustenta uma ontologia recheada de entidades, baseado no postulado de que há objetos que não existem. Com essas características a teoria de Meinong pretende resolver o problema dos enunciados existenciais. Russell rejeita a solução Meinongiana. Para Russell o comprometimento ontológico presente na teoria de Meinong é exagerado. O filósofo britânico defende uma ontologia com poucos compromissos ontológicos. Ele sustenta a interpretação de existência como um conceito de segunda ordem. Na teoria de Russell, existência aplica-se a outros predicados e não a objetos (diretamente). Outro filósofo que entrou na disputa foi Quine (1961). Este segue a mesma linha de Russell, no entanto, sua abordagem busca reduzir ainda mais os compromissos ontológicos. Quine apresentou um critério para o comprometimento ontológico, amplamente conhecido através da frase “ser é ser o valor de uma variável ligada”. Esses tópicos ocupam o capítulo 2.

Uma nova defesa de que existência é um predicado de primeira ordem é realizada por Kripke. Kripke (2013) defende que o conceito de existência como propriedade de segunda ordem é contra intuitivo. Quando dizemos “Moisés existe” estamos falando do objeto, que *ele* existe, e não de propriedades que são instanciadas. Da mesma maneira, quando dizemos “Sherlock Holmes não existe” estamos negando a existência do objeto. Mesmo que haja um objeto que instancie todas as propriedades associadas a Holmes, não diríamos que tal objeto é Sherlock Holmes. Dada a força da intuição de que existência é uma propriedade de primeira ordem, apesar de resolverem os problemas relativos à existência, Russell e Quine fazem uso

de uma noção contra intuitiva. Salmon (1987) e Branquinho (2012) sustentam posições semelhantes. Salmon sustenta que o predicado de existência de primeira ordem é completamente definível em termos de quantificação e existência. Ele acredita que o fato desse predicado ser tautológico significa apenas que é o predicado que desejamos. Branquinho segue a mesma linha de pensamento e defende que o predicado de existência deve ser definido adequadamente para se aplicar a todo objeto. Ele deve ser verdadeiro de tudo e falso de nada. Esses tópicos ocupam o capítulo 3.

Apesar das perspectivas que buscam definir um conceito consistente de existência de primeira ordem nos permitir compreender melhor os enunciados existenciais, veremos que elas não eliminam os problemas com esse gênero de enunciados. Algumas implicações como gerar verdades lógicas (no caso de existenciais afirmativos) e contradições (no caso de existenciais negativos) persistem. A fim de lidar com o problema dos termos vazios e ao mesmo tempo manter os benefícios da lógica clássica, Hintikka (1959) elabora um sistema de lógica livre. Sua ideia é eliminar as concepções contra intuitivas associadas à lógica clássica e manter seus fundamentos. Basicamente, Hintikka explora o uso de variáveis livres e sugere que usemos as variáveis livres para representar supostas entidades que possuem existência duvidosa. Quanto às entidades de existência não duvidosa, elas deveriam ser representadas normalmente por variáveis ligadas. Apesar de resolver o problema, resta saber se vale a pena adotar esse novo sistema de lógica. Defendo que esse novo sistema é compatível com o critério ontológico de Quine. Essa ideia de Hintikka é explorada para fortalecer a análise lógica de “existe” como um predicado de primeira ordem. Também desenvolvo uma abordagem dos nomes da linguagem natural, baseado nas perspectivas de Hintikka e Salmon. Esses tópicos ocupam o capítulo 4.

## 2 O DEBATE CLÁSSICO ACERCA DO CONCEITO DE EXISTÊNCIA

Neste capítulo, examino o debate clássico sobre o conceito de existência entre Meinong e Russell. Apresento inicialmente a teoria dos objetos de Meinong, que constitui a base de sua interpretação do conceito de existência. Em seguida, apresento a crítica de Russell a Meinong, juntamente com sua análise do conceito de existência. Por fim, discuto a abordagem de Quine e seu critério de comprometimento ontológico.

### 2.1 A teoria dos objetos de Meinong

A teoria dos objetos é fruto da preocupação meinongiana com o conhecimento dos objetos. Na concepção de Meinong, fornecer esse conhecimento é o objetivo da ciência. Nesse uso muito peculiar da palavra, ‘ciência’ designa uma investigação que compreende todos os objetos que passam pela nossa cognição. Ele acredita que tudo o que podemos pensar pode ser objeto do nosso conhecimento. Consequentemente, Meinong acredita que nossa ciência atual não abrange a totalidade dos objetos do conhecimento. A ciência atual é extremamente restritiva, pois lida apenas com os objetos existentes. Entretanto, sustenta Meinong, nosso conhecimento não se limita aos objetos existentes, isto é, há outras classes de objetos que compõem nosso conhecimento.

A classe dos existentes circunscreve apenas uma pequena parte dos objetos cognoscíveis. Há pelo menos mais duas classes:

- (i) Objetos subsistentes
- (ii) Objetos sem Ser

Juntamente com a classe dos existentes, as classes (i) e (ii) constituem a totalidade do nosso conhecimento, e, portanto, devem fazer parte de uma ciência universal<sup>2</sup>

Outro ponto decisivo para Meinong postular outras classes de objetos além da classe dos existentes é o princípio da independência que ele sustenta. Meinong (1960, p. 82) defende que para um objeto instanciar propriedades ele não precisa existir. Essa capacidade de instanciar propriedades ele chama de *Sosein*. Do outro lado, temos o *Sein*, isto é, o Ser do

---

<sup>2</sup> A defesa de Meinong de uma ciência universal não é relevante aqui. Para uma apresentação da noção de ciência universal, ver: Swanson (2011, cap. 1).

objeto. Ele postula três tipos de objetos: existentes, subsistentes e objetos sem Ser. Os existentes são objetos físicos e psicológicos<sup>3</sup> que possuem ser e, sugestivamente, existem. Os subsistentes são objetos não-físicos e não-psicológicos que possuem Ser, mas não existem. Eles subsistem. Por último, mas não menos importante, os objetos sem Ser são objetos que não existem nem subsistem, isto é, eles não possuem nenhum grau de Ser. Podem ser geralmente associados a objetos impossíveis como *o maior número primo*, *o quadrado redondo*, etc. Se um objeto como *o quadrado redondo* pode instanciar as propriedades de ser redondo e ser quadrado mesmo sem possuir qualquer grau de Ser, então há uma independência do *Sosein* do *Sein* (Ser). Admitimos determinados objetos que mesmo não possuindo Ser, instanciam propriedades e fazem parte do nosso conhecimento. Isso é importante, porque admitir que objetos subsistentes possam instanciar propriedades é algo bastante fraco, tendo em vista que o que Meinong chama de subsistentes (o número “4”, por exemplo) poderia facilmente ser considerado como um existente por adeptos da teoria clássica<sup>4</sup>. A postulação dos objetos sem Ser na ontologia meinongiana reforça sua peculiaridade e levou alguns a considerá-la inflacionada<sup>5</sup>. Assim, com o princípio da independência, Meinong sustenta algo mais forte, objetos sem nenhum grau de Ser podem instanciar propriedades.

A principal e talvez mais relevante consequência do princípio da independência é o postulado “Há objetos que não existem”. Esse postulado vai contra as bases da lógica clássica, onde o domínio das nossas entidades possui apenas objetos que existem e apenas esses objetos podem compor nossas sentenças. Com base nesse postulado meinongiano, objetos não existentes poderiam fazer parte do nosso universo de linguagem. Assim, “Pégaso” e “O quadrado redondo” denotariam objetos do nosso domínio que, por sua vez, não existem. Apesar de bastante controverso, esse postulado de Meinong é uma consequência direta de sua perspectiva e de fundamental importância para sua teoria dos objetos. Ele permite que admitamos supostas entidades que compõem o nosso conhecimento. Vamos então entender melhor a ideia associada a essas classes de objetos.

---

<sup>3</sup> A noção de objeto psicológico tem maior relevância para as questões da filosofia da mente, principalmente associada à ideia de intencionalidade. Por esse motivo ela não será explorada aqui.

<sup>4</sup> Teoria clássica é a teoria de que apenas objetos existentes podem compor o domínio das entidades do nosso discurso. Algo que não existe pode compor nosso discurso, mas não pode compor nosso domínio de entidades.

<sup>5</sup> Como é o caso de Russell (1905).

### 2.1.1 *Subsistentes*

Segundo Swanson (2011, p. 7 – 8), os subsistentes incluem aqueles objetos que possuem Ser, mas que nunca existiram nem existirão, como o número 4<sup>6</sup>. Os subsistentes não existem porque não são nem físicos nem psicológicos. Eles também não são temporais da mesma maneira que os existentes. Outro ponto característico dos subsistentes é a forma de conhecimento. Enquanto os existentes são conhecidos empiricamente, os subsistentes são geralmente conhecidos de forma *a priori*. Meinong atribui alto valor de conhecimento aos objetos subsistentes. Além dos itens matemáticos que são fundamentais na física, os conceitos em geral são considerados objetos subsistentes na teoria meinongiana. Seu domínio tem tido aumento significativo de acordo com o desenvolvimento da biologia, química, etc. Esse aumento de conhecimento conceitual, segundo Meinong, deve ser acompanhado por uma ciência universal.

### 2.1.2 *Objetos sem Ser*

Há dois graus de ser: existentes e subsistentes. Algo é um objeto ao ser um objeto da nossa cognição pelo menos em possibilidade. Objetos sem Ser são objetos sem nenhum grau de ser: existência ou subsistência. O ponto fundamental é que algo pode concebivelmente possuir propriedades mesmo sem nenhum grau de Ser. Assim, o quadrado redondo é quadrado e redondo mesmo sem possuir nenhum grau de Ser. Para Meinong, tudo que é concebível é um objeto do nosso conhecimento. O termo “concebível” pode promover alguma confusão, nos levando a pensar que os objetos são, nesse sentido, dependentes da nossa mente. Não é essa a visão de Meinong, ele acredita que algo é um objeto mesmo quando é concebível apenas em possibilidade. Posso, de fato, não chegar a conceber algo como *o maior número primo*, mas parece que ele instancia certas propriedades: ser primo, ser par, ser divisível por dois. O fato de que posso não chegar a conceber essa entidade putativa parece

---

<sup>6</sup> Swanson (2011) fala de dois sentidos de subsistentes em Meinong. Segundo ela, há um sentido amplo e um sentido estreito de subsistente. O sentido amplo inclui todos os objetos que possuem ser: existentes e subsistentes. Isso porque os existentes podem vir a subsistir, na medida em que entram e saem da classe dos existentes. O sentido estreito inclui apenas os objetos que nunca existiram nem existirão. O sentido amplo ajuda a lidar com o problema da temporalidade do predicado de existência. Objetos futuros, por exemplo, são subsistentes no sentido amplo, pois podem vir a existir. O sentido estreito se limita a expressões matemáticas e conceitos em geral.

estar ligado a minhas capacidades intelectuais limitadas. Isso não deve ser uma razão para desautorizar a qualificação de *o maior número primo* como um objeto.

Não há objeto que não possa pelo menos em possibilidade ser um objeto da cognição... assumindo uma inteligência de capacidades ilimitadas, nada há de incognoscível; e o que é conhecível, é. (MEINONG, 1960. p. 92. tradução minha).<sup>7</sup>

Toda expressão da forma o-assim-e-assim denota um objeto. Assim “o maior número primo” denota um objeto, embora esse objeto não exista nem subsista. O ponto interessante é como distinguir tais objetos sem Ser dos subsistentes. Meinong não explicita essa distinção, mas algumas indicações podem ser encontradas. A principal diferença é que objetos sem Ser possuem lacunas de propriedades<sup>8</sup>. Enquanto o número 4 (subsistente) é inteiramente determinado<sup>9</sup>, *o maior número primo* não o é. Não podemos afirmar quantos dígitos ele possui, sabemos apenas que seu número de dígitos é infinito.

Quando falamos em objetos sem Ser, parece, *prima facie*, que apesar de podermos conhecê-los, tal conhecimento é inútil. Afinal, o que importa saber que *o quadrado redondo* é quadrado e redondo? Ou que *o maior número primo* é primo? Parece que não estamos falando de conhecimento genuíno. Meinong não compartilha dessa intuição, e a principal razão é o fato de objetos sem Ser comporem enunciados verdadeiros. Tanto existenciais negativos (*a montanha de ouro* não existe) quanto fatos intencionais (Ponce de León deseja *a fonte da juventude*) podem conter objetos sem Ser sendo caracterizados em enunciados verdadeiros. Não admitir nossa capacidade de conhecer tais objetos seria impor restrições de existência ao conhecimento, ou seja, seria supor que só pode ser conhecido o que existe. Isso não pode ocorrer, pois a ciência universal deve ser *existence-free*, o que significa que seus objetos são todos os objetos conhecíveis e não apenas os existentes ou subsistentes. Se não adotarmos a ciência universal boa parte do que poderia ser conhecido acaba sendo negligenciado em razão de seu *status* ontológico.

---

<sup>7</sup> There is no Object which could not at least in possibility be an Object of cognition...Assuming an intelligence of unlimited capacities, there is nothing unknowable; and what is knowable, is. (Meinong, 1960, p. 92).

<sup>8</sup> Na verdade, isso gera um problema para Meinong relativo aos objetos puros, como o triângulo puro. O triângulo puro nem é isósceles nem não-isósceles, nem equilátero nem não-equilátero. Segundo Swanson (2011, p. 19), Meinong tenta resolver esse problema elaborando uma distinção entre objetos incompletos e protótipos de objetos. Objetos incompletos como o atual rei da França são indeterminados em relação a algumas propriedades, como: ser careca ou não ser careca. Trata-se de objetos sem Ser. Protótipos de objetos são objetos com alto grau de generalidade e por isso são indeterminados em relação ao ser. Da mesma maneira que há triângulos existentes e não existentes, um triângulo com alto grau de generalidade deve ser capaz de incorporar essas características. Por isso, objetos como o triângulo puro são indeterminados em relação ao Ser.

<sup>9</sup> Há algumas ressalvas, o número 4 não é determinado em relação a ser quente ou não-quente. Entretanto, a ideia é que podemos indexar uma extensão (no sentido fregeano) ao objeto. Assim, o número 4 é inteiramente determinado em relação à extensão matemática.

### 2.1.3 Nomes próprios e existência

Após esse esboço da teoria dos objetos de Meinong, vejamos como ela interfere no problema das sentenças de existência com nomes próprios. Seguindo a linha de Meinong, sentenças de existência recebem uma nova leitura. Vejamos caso a caso. Caso 1: “Moisés existe”<sup>10</sup>. Nesse primeiro caso, temos uma sentença afirmativa de existência envolvendo um nome próprio. Basicamente, ela afirma de um objeto físico determinado que ele compõe a classe dos existentes. Aqui temos uma espécie de postulado que nos permite falar de objetos que não existem: “há objetos que não existem”.<sup>11</sup> Nesse sentido é completamente informativo dizer que Moisés ou qualquer outro objeto existe, pois os objetos do nosso domínio podem não compor a classe dos existentes.

Existência funciona naturalmente como qualquer outro predicado de primeira ordem. Um dado objeto possui existência se e somente se ele é um existente. Isto é, um determinado objeto possui existência se e somente se ele compõe a classe dos existentes. Naturalmente, os objetos podem entrar e sair dessa classe. Podem vir a existir ou a deixar de existir. O diferencial da visão de Meinong é que existência não é um pré-requisito para os objetos instanciarem propriedades. Existência é mais uma propriedade de primeira ordem que os objetos podem instanciar ou não. Caso não a possuam, eles não ficam privados das demais propriedades. O número 4, por exemplo, não existe. Isso não o impede de instanciar propriedades, como: ser par, ser número natural, ser o único elemento do conjunto unitário {4}, etc. Do mesmo modo, é informativo dizer que Napoleão Bonaparte existe, visto que esse poderia não ter instanciado a propriedade de existir.

Vejamos agora o caso (2) “Youth<sup>12</sup> não existe”. Esse segundo caso talvez seja mais relevante para Meinong. Dado que lidamos com uma sentença contendo um objeto sem Ser. Meinong acreditava que sentenças como (2) mostravam que objetos sem Ser podem ser cognoscíveis. Antes de aprofundar a análise da sentença, claramente podemos pensar sobre Youth. É bastante provável que a maioria de nós possa até mesmo concebê-lo. Caso isso suceda, diríamos que Youth é conhecível. Seguindo a linha de pensamento do autor, de que

<sup>10</sup> “Existe” aqui é usado no sentido atemporal, representando o que existiu no passado, o que existe no presente e, o que existirá no futuro. Assim, “Moisés existiu” e “Moisés existe” representam a mesma coisa, que houve um objeto físico que faz parte da classe dos objetos existentes.

<sup>11</sup> Como vimos, a concepção de Meinong é bem mais ampla que isso, pois podemos falar também de objetos sem Ser. Entretanto, nesse momento, não é necessário explorar essa amplitude.

tudo que é conhecível é, concluiríamos que Youth, em algum sentido, é. Por sua vez, nem todos os objetos do nosso conhecimento existem. Youth não existe: ele é um objeto do nosso conhecimento e não pertence à classe dos existentes.

Com o caso (2) supostamente resolvido, Meinong acreditava ter justificado a relevância dos objetos sem Ser para a ciência. Se eles podem compor enunciados informativos, então eles são conhecíveis. Portanto, devem ser objeto da ciência. Outro fator interessante, é que quando falamos de objetos sem Ser, algumas informações que podemos obter são aparentemente inúteis. Saber da montanha de ouro, que ela é de ouro, ou do quadrado redondo, que ele é redondo, não parece representar conhecimento genuíno. Em sentenças de existência, pelo contrário, o conhecimento obtido parece inteiramente útil. Saber que a montanha de ouro não existe representa um conhecimento genuíno. Um conhecimento útil para quem destina esforços a procurar uma montanha de ouro. Se Ponce de León soubesse que Youth não existe, poderia ter se dedicado a algo bem mais produtivo.

O que há de mais fundamental nessa resposta meinongiana é o modo de tratamento do termo existe. Na ontologia de Meinong, “existe” é interpretado como um predicado de primeira ordem. O próprio *sosein* é independente da questão do Ser ou não-Ser do objeto. Antes de colocar a questão do Ser ou não-Ser, podemos colocar a questão das propriedades do objeto. Mesmo que posteriormente nos dirijamos a uma resposta negativa da questão do Ser, continuamos sem mais problemas a poder falar das propriedades do objeto. Em certa medida, dependendo da análise das propriedades podemos chegar a uma definição do Ser ou não-Ser do objeto. Ao analisarmos as propriedades de *o quadrado redondo* chegamos a uma definição pelo não-Ser, em decorrência da análise indicar um objeto com propriedades contraditórias. Portanto, se o Ser ou não-Ser do objeto não pode interferir na capacidade do objeto de instanciar propriedades, muito menos pode o conceito de existência por tratar-se de um conceito de menor abrangência ontológica. A força de um conceito de existência de primeira ordem não está em determinar o que possui ou não determinadas propriedades, mas em circunscrever os objetos que existem, e nada mais.

Esse “nada mais” não é pejorativo, muito pelo contrário, ele reforça as fronteiras do conceito. Intuitivamente, quando falo de Moisés e listo algumas de suas propriedades não está em jogo inicialmente a questão da existência. Quando afirmo “Moisés existe” estou acrescentando a sua lista mais uma propriedade de fundamental importância ontológica, mas essa propriedade não parece ter qualquer peso na veracidade de todas as outras. A sentença “Moisés existe” representa simplesmente que o nome “Moisés” denota um objeto que está entre as entidades existentes. O objeto Moisés é um existente. A maior qualidade do

predicado de existência de primeira ordem é ter seu escopo muito bem determinado. A expressão “nada mais” serve apenas para elucidar o limite de abrangência do conceito.

#### 2.1.4 *Sobre forma lógica*

Apesar de a teoria meinongiana promover explicações dos enunciados de existência no nível semântico, ela não explora o âmbito da forma lógica desses enunciados. Uma explicação do ponto de vista lógico continua sendo exigida. O fato é que a teoria dos objetos de Meinong vai contra a identificação entre Ser e existir. Nesse sentido, ele deve apresentar o que essa distinção entre Ser e existir provoca na análise lógica dos enunciados de existência. A princípio a única coisa que podemos inferir é que se tratam de predicções de existência de primeira ordem. Teríamos formulas como:

(1)  $Em = \text{“Moisés existe”}$

(2)  $\neg Eb = \text{“Youth não existe”}$

Essas formalizações são extremamente problemáticas. A primeira representaria uma verdade lógica, na medida em que nossa constante individual nos compromete com Moisés. Dizer que Moisés existe será sempre verdadeiro ao usarmos ‘m’, já que ela deve sempre denotar algo. A segunda seria uma contradição lógica, pois estamos usando uma constante individual ‘b’ que assumidamente denota algo no nosso domínio de entidades, ao mesmo tempo em que negamos a existência da referida entidade.

Meinong deve ser capaz de lidar com essas questões do âmbito da lógica. Provavelmente, explicar adequadamente esses enunciados passa por uma reformulação da lógica, em detrimento da tese meinongiana de que há objetos que não existem. Visto que as bases da teoria da quantificação entram em choque diretamente com essa tese meinongiana não parece que a lógica de predicados padrão possa acomodar os enunciados existenciais adequadamente de um ponto de vista meinongiano.

## 2.2 **A crítica de Russell**

Russell tem pavor de domínios objetivos muito populosos como o da teoria dos objetos de Meinong. Ele considera que a teoria de Meinong possui uma ontologia inflacionada. Com uma linha de pensamento diferente ele sustenta uma ontologia com o mínimo de compromissos ontológicos. Segundo Russell, deveríamos poder falar das coisas sem nos comprometermos com sua existência. A ontologia meinongiana vai claramente de encontro a isso. Toda expressão da forma “o-assim-e-assim” (termo singular) deve possuir

uma referência. O caminho seguido por Russell em *On denoting* é mostrar que a ontologia inflacionada de Meinong gera problemas. Em seguida, o autor mostra como resolver esses problemas através da sua teoria das descrições. Vejamos os problemas gerados pelos compromissos ontológicos assumidos pela teoria dos objetos.

### 2.2.1 *Comprometimento ontológico*

Uma ontologia onde toda expressão denotativa possui uma referência carrega alguns problemas. O principal deles é o comprometimento ontológico. Se afirmarmos que determinada expressão possui um objeto como referente, estaremos nos comprometendo ontologicamente com esse objeto. Dada uma expressão como “O atual rei da França”, nos comprometemos com um objeto que atualmente é o rei da França. Russell sustenta que esse comprometimento ontológico faz com que a teoria de Meinong viole duas leis lógicas. A lei de não-contradição e a lei do terceiro excluído. Se de fato a teoria dos objetos viola as leis lógicas, é preferível rejeitar a teoria a rejeitar essas leis. Vejamos como essas violações são caracterizadas por Russell, começando pela lei de não-contradição.

O principal problema com a teoria dos objetos de Meinong é o de transgredir a lei de não-contradição ao assumir a existência de objetos sem Ser.

Admite-se que tais objetos não subsistem, mas, entretanto, eles são supostos serem objetos. Esta é em si mesma uma visão difícil; mas a principal objeção é que tais objetos, reconhecidamente, estão prontos a infringir a lei de contradição. Sustenta-se, por exemplo, que o existente atual rei da França existe, e também que não existe; que o quadrado redondo é redondo, e também não redondo, etc. Mas isto é intolerável; e se qualquer teoria puder ser estabelecida para evitar esse resultado, esta deve ser certamente preferida (RUSSELL, 1905, p. 483, tradução minha).<sup>13</sup>

Quando falamos acerca do quadrado redondo, caracterizamos um objeto que é quadrado e redondo. O problema é que, se  $x$  é quadrado, então  $x$  é necessariamente não-redondo, de modo que um quadrado redondo deve ser um redondo não-redondo, isto é, um objeto redondo e não-redondo, no simbolismo lógico, trata-se de um caso de  $(\alpha \wedge \neg\alpha)$ . O mesmo acontece com “O existente atual rei da França”, a expressão denota um objeto existente, que controversamente não existe. Nesse caso, essa classe de expressões viola a lei da não-contradição da lógica e, portanto, não deveria ser assumida pela teoria dos objetos.

---

<sup>13</sup> It is admitted that such objects do not *subsist*, but nevertheless they are supposed to be objects. This is in itself a difficult view; but the chief objection is that such objects, admittedly, are apt to infringe the law of contradiction. It is contended, for example, that the existent present King of France exists, and also does not exist; that the round square is round, and also not round; etc. But this is intolerable; and if any theory can be found to avoid this result, it is surely to be preferred. (RUSSELL, 1905. p. 483)

Algo semelhante acontece com a lei do terceiro excluído. Tomemos a seguinte sentença “O atual rei da França é careca”. De acordo com a lei do terceiro excluído, dado uma sentença  $p$  e sua negação  $\neg p$  ou bem  $p$  é verdadeira ou bem  $\neg p$  é verdadeira. Uma sentença e sua negação não podem ser ambas verdadeiras ( $\alpha \vee \neg\alpha$ ). Assim, se ela é verdadeira sua negação é falsa. Se ela for falsa sua negação deve ser verdadeira. O problema é que isso não acontece. Tanto a sentença “O atual rei da França é careca” quanto sua negação “O atual rei da França não é careca” parecem ser falsas. Esse tipo de sentença violaria a lei do terceiro excluído. Russell sustenta que isso acontece por dois motivos. Primeiro, a expressão “O atual rei da França” é interpretada como um termo singular<sup>14</sup>, quando na verdade se trata de um termo geral. Segundo, em decorrência do primeiro erro, o sinal de negação é posicionado incorretamente. Isso ficará mais claro ao apresentarmos a teoria proposta por Russell.

### 2.2.2 A teoria das descrições de Russell

Russell acreditava que tinha mostrado que a teoria de Meinong gerava problemas lógicos sérios. Nesse sentido, uma teoria que evitasse esses problemas deveria ser proposta. Com esse intuito ele desenvolveu a teoria das descrições. Sua teoria apresenta uma nova leitura das expressões denotativas e da sua maneira de se referir às coisas. Embora não apresente uma definição, logo no primeiro parágrafo de *On Denoting*, Russell oferece exemplos que deixam claro que uma expressão denotativa é um termo que refere um objeto ou uma coleção de objetos. Embora, entre esses primeiros exemplos, não haja nenhum nome próprio, em suas últimas páginas, o artigo aborda nomes ficcionais como “Apolo” e “Hamlet”, evidenciando que eles também devem ser analisados como expressões denotativas, apesar de não denotarem nada. É através dessa análise que se consegue evitar, em grande parte, o comprometimento ontológico ao falarmos dos objetos.

Para a discussão de nomes próprios vazios, é fundamental manter o foco em um tipo de expressão denotativa especial, as descrições definidas. Há dois tipos de descrições: descrições definidas e descrições indefinidas. As descrições definidas são expressões denotativas. Esse tipo de descrição representa o foco principal da teoria de Russell. São exemplos de descrições definidas: “O maior filósofo grego”, “O atual rei da Inglaterra”, “O

---

<sup>14</sup> Dada essa interpretação supostamente errônea, Meinong assumiria uma referência para “O atual rei da França”. Entretanto, o compromisso com uma referência para essa expressão não fornece uma análise satisfatória para essa sentença.

atual presidente do Brasil”, etc. Essas expressões denotam objetos determinados, o objeto que satisfaz unicamente a descrição. As descrições indefinidas, por sua vez, selecionam um objeto indeterminado. São exemplos de descrições indefinidas: “Um homem”, “Um relógio”, etc. Esse gênero de descrição tende a denotar um objeto que não podemos identificar com base na própria descrição.

Concentremo-nos nas descrições definidas. De acordo com Russell, se  $d$  é uma descrição definida e  $d$  ocorre numa sentença do tipo “ $d$  é  $P$ ”, então a forma lógica da sentença não é  $Pd$ , é antes uma generalização existencial sobre uma conjunção de três partes. Por exemplo, dado que  $I =$  é a atual rainha da Inglaterra e  $C =$  é careca, a sentença “a atual rainha da Inglaterra é careca” deveria ser analisada assim:

$$(1) \exists x(Ix \wedge \forall y(Iy \rightarrow x=y) \wedge Cx)$$

Nessa formalização temos uma conjunção onde do lado esquerdo um predicado “ $I$ ” age sobre uma variável ligada ao quantificador de existência. Essa parte da conjunção representa a cláusula de existência. No centro da conjunção temos uma implicação. “ $I$ ” agindo sobre a variável “ $y$ ” implica a identidade de “ $x$ ” e “ $y$ ”, a implicação é quantificada universalmente. Essa parte da conjunção representa a cláusula de unicidade. Do lado direito, temos a parte da conjunção que representa a atribuição da propriedade de ser careca a certa pessoa, ou seja, temos aí a cláusula de predicção. Os termos gerais permitem a denotação sem compromisso ontológico. Se determinado objeto é capaz de substituir as variáveis tornando a sentença verdadeira, isto é, o objeto existe, satisfaz a descrição unicamente e possui a propriedade atribuída, ele é o referente da descrição. Caso contrário, a descrição é vazia e qualquer sentença na qual ela ocorra será falsa.

Com essa interpretação para expressões denotativas Russell elimina o comprometimento ontológico. A descrição não precisa denotar nada. Se não há objeto que satisfaça a descrição ou mais de um objeto satisfaz a descrição, ela não possui *denotatum*.

Tome-se a descrição “O atual rei da França”. Sabemos que atualmente não existe rei na França. A descrição nesse caso não satisfaz a condição de existência, isto é, ela não seleciona nenhum objeto. Vejamos outro caso, tome-se a descrição “O assassino de Hamlet”. Nesse caso, temos, supostamente, mais de um objeto que satisfaz a descrição. A descrição não satisfaz a condição de unicidade. Portanto, apesar das descrições serem significativas, elas não desempenham com êxito sua função referencial. A vantagem da teoria de Russell é a de explicar como funcionam as expressões denotativas, sem se comprometer com um objeto que

satisfaça a expressão. Em suma, ela nos mostra como falar das coisas, sem se comprometer com sua existência.

Seguindo essa linha de pensamento, Russell resolve os problemas envolvidos na teoria de Meinong. Começemos pela violação da lei de não-contradição. Tome-se a sentença “O quadrado redondo é redondo”. A sentença é composta por três cláusulas: Cláusula de existência: existe um  $x$  que é quadrado e redondo. Cláusula de unicidade: apenas um  $x$  é quadrado e redondo. Cláusula de predicção:  $x$  é redondo. Como se trata de uma conjunção, as três cláusulas precisam ser satisfeitas para a sentença ser verdadeira. Naturalmente, a cláusula de existência não é satisfeita, logo, a sentença é falsa. O problema aqui é evitado, pois não precisamos assumir uma entidade contraditória para conferir significância e até mesmo um valor de verdade à sentença.

Vejamos agora o caso da violação da lei do terceiro excluído. Tome-se “o atual rei da França é careca”. Novamente, a sentença é composta por três partes: cláusula de existência: existe um  $x$  que é rei da França. Cláusula de unicidade: apenas um  $x$  é rei da França. Cláusula de predicção:  $x$  é careca. Novamente, por tratar-se de uma conjunção, todas as cláusulas precisam ser satisfeitas para que a sentença seja verdadeira. Vejamos a sentença formalizada (onde  $R$  = o atual rei da França):

$$(2) \exists x(Rx \wedge \forall y(Ry \rightarrow x = y) \wedge Cx)$$

Ao analisarmos a sentença podemos ver que logo sua primeira cláusula não é satisfeita, pois não existe rei da França atualmente. A sentença resulta falsa. Se uma sentença  $\alpha$  é falsa, então a sua negação  $\neg\alpha$  deve ser verdadeira. Como vimos, no caso do atual rei da França, sua negação parece possuir o mesmo valor de verdade. Isso entrava em choque com a lei do terceiro excluído e a teoria de Meinong não lidava bem com esse problema. Russell propõe então que há duas formas de negar (2). A negação pode ser de dois tipos: negação larga ou negação estreita. Essa distinção pode ser evidenciada através das duas leis de De Morgan. Uma dessas leis é  $\neg(\alpha \wedge \beta) \leftrightarrow (\neg\alpha \vee \neg\beta)$ <sup>15</sup>.

	1	2	3	4	5	6	7	→
	$\alpha$	$\beta$	$\neg\alpha$	$\neg\beta$	$\alpha \wedge \beta$	$\neg(\alpha \wedge \beta)$	$(\neg\alpha \vee \neg\beta)$	$\neg(\alpha \wedge \beta) \leftrightarrow (\neg\alpha \vee \neg\beta)$
1	V	V	F	F	V	F	F	V
2	V	F	F	V	F	V	V	V
3	F	V	V	F	F	V	V	V
4	F	F	V	V	F	V	V	V

<sup>15</sup> A outra lei de De Morgan que também evidencia essa mesma distinção é  $\neg(\alpha \vee \beta) \leftrightarrow (\neg\alpha \wedge \neg\beta)$ .

Vemos que na linha 6 e 7 temos duas formulas equivalentes. No entanto, a maneira como a negação opera é diferente em cada uma. Na linha 6 a negação é de escopo largo, o que quer dizer que ela nega a conjunção de  $\alpha$  e  $\beta$ , ela tem como escopo toda a fórmula que se segue a ela. Na linha 7 a negação é de escopo estreito, o que quer dizer que ela nega os componentes da fórmula, nesse caso, cada um dos componentes da disjunção separadamente.

No caso de Russell, a negação estreita tem como escopo apenas uma das cláusulas, a cláusula de predicação. Ela é classificada como *estreita* por que seu escopo é constituído apenas por uma das cláusulas em questão. Ela pode ser formulada da seguinte maneira:

$$(3) \exists x(Rx \wedge \forall y(Ry \rightarrow x = y) \wedge \neg Cx)$$

Nesse caso a negação gera um novo predicado “não-careca” e a sentença será verdadeira se existir um e somente um atual rei da França que é não-careca. Entretanto, nesse caso em particular, o predicado não chega a desempenhar papel importante. Isso porque, logo a primeira parte da conjunção é falsa, não existe atual rei da França. Consequentemente, a sentença “o atual rei da França é não-careca” é falsa.

Por outro lado, a negação larga tem como escopo a sentença como um todo, assim ela é verdadeira se qualquer uma das cláusulas não é satisfeita. Fica claro a razão para sua classificação como *larga*, pois ela possui como escopo todas as cláusulas em questão. Vejamos sua formulação:

$$(4) \neg \exists x(Rx \wedge \forall y(Ry \rightarrow x = y) \wedge Cx)$$

Como nem mesmo a cláusula de existência é satisfeita, a sentença “não é o caso que o atual rei da França é careca” é verdadeira. Através dessa distinção de Russell, podemos ver que a negação de “O atual rei da França é careca” somente pode ser formalizada com auxílio da negação larga. Pois quando utilizamos a negação estreita estamos apenas negando uma parte da sentença e não a sentença completa. Dessa maneira, evitam-se problemas com a lei do terceiro excluído.

Alguns ensinamentos tirados da análise russelliana das descrições merecem destaque. O primeiro deles é evitar o comprometimento ontológico. Russell consegue manter as características cruciais das descrições definidas e de outros termos denotativos mesmo após negar seu status de termos necessariamente designadores de objetos existentes. Esse é um passo fundamental, pois lhe permite manter a característica das descrições de denotarem objetos, mas evita o comprometimento com tais objetos. Isso nos permite analisar e conferir

significado a sentenças contendo descrições vazias. O segundo ensinamento é nada mais que uma consequência do primeiro. Sentenças contendo expressões vazias possuem valores de verdade. Não só isso, como no caso de “O atual rei da França é careca” chegamos a um valor de verdade bastante intuitivo. Vale lembrar que a melhor solução antes da teoria das descrições era dizer que tais sentenças não possuíam valores de verdade, algo bem desconfortável para um lógico bivalente. O terceiro ensinamento e mais importante aqui é a interpretação do termo “existe”. Russell adota uma interpretação de existência como um predicado de segunda ordem, isto é, um predicado que age sobre predicados de primeira ordem. Dizer que existe um  $x$  tal que  $x$  é  $P$  é dizer que  $P$  é uma propriedade instanciada. Nessa visão, a importância de “existe” deixa de ser simplesmente ontológica. O conceito passa a determinar a capacidade de as propriedades serem instanciadas. Por mais que *o quadrado redondo* seja redondo, qualquer sentença contendo expressões denotativas vazias será falsa. Pois sentenças verdadeiras devem antes de qualquer coisa satisfazer as condições de existência e unicidade. Ser portador de propriedades de primeira ordem passa a ser uma exclusividade de objetos existentes.

### 2.2.3 A crítica de Russell ao predicado de existência de primeira ordem

Russell apresenta uma crítica mais direta à ideia de um predicado de existência de primeira ordem. Ele sustenta que sentenças existenciais não podem ser da forma sujeito-predicado, e que, portanto, o predicado de existência não pode ocorrer como um predicado de primeira ordem. A razão para tal é que se sentenças existenciais negativas (Youth não existe) são da forma sujeito predicado, então devemos considerar o sujeito (Youth) como um constituinte da proposição. Assim, qualquer proposição é verdadeira ou falsa apenas se o constituinte da proposição existe. Entretanto, se Youth existe, então “Youth existe” é uma tautologia e “Youth não existe” uma contradição. Se Youth não existe, então qualquer sentença na qual Youth é o constituinte será desprovida de sentido. A compreensão de ‘existe’ como um predicado de primeira ordem também gera uma falácia. Considere o seguinte argumento: “os homens existem, Sócrates é homem, logo Sócrates existe”. Segundo Russell (1986, p. 205), esse esboço de argumento é falacioso, pois existência se aplica apenas a funções proposicionais e não a objetos. Um caso análogo poderia ser esboçada da seguinte maneira: “os homens são numerosos, Sócrates é um homem, logo Sócrates é numeroso”, certamente o termo numeroso pode ser aplicado a funções proposicionais ou a classes, mas

não a objetos. Dizer que os homens são numerosos é dizer que a função proposicional “x é um homem” possui varias instâncias. Disso não se segue que cada uma das instâncias é numerosa. Da mesma maneira, dizer que “Youth não existe” é o mesmo que dizer que a função proposicional “x é uma fonte da juventude” não possui instâncias. Não faz qualquer sentido atribuir ou negar existência a objetos, apenas de uma função proposicional que se pode atribuir ou negar existência.

Quando você considera qualquer função proposicional e afirma dela que ela é possível, que é às vezes verdadeira, isso fornece a você o significado fundamental de existência... Existência é essencialmente uma propriedade de uma função proposicional. Isso significa que essa função proposicional é verdadeira em pelo menos uma instância.<sup>16</sup> (RUSSELL, 1986, p. 204, tradução minha).

O ponto que deve ser elucidado aqui é que mesmo o caso de afirmações de existência é desprovido de sentido para Russell. Isso se segue da sua perspectiva *tractatiana* de que tautologias e contradições não possuem sentido<sup>17</sup>. Possuir sentido é permitir estabelecer o que deve ser o caso para o estado de coisas ser verdadeiro e o que deve ser o caso para ele ser falso. Assim, um predicado, de uma maneira geral, deve poder ser falso acerca de algo. Tautologias não possuem sentido, não se pode dizer o que é o caso para torná-la falsa. Contradições também não possuem sentido, não se pode dizer o que é o caso para torná-las verdadeiras. Se um predicado não pode deixar de se aplicar, então toda sentença em que o predicado é atribuído é tautológica e toda sentenças em que ele é negado é contraditória, conseqüentemente, toda sentença na qual o predicado ocorre é desprovida de sentido (RUSSELL, 1986, p. 211).

Não é possível que haja um predicado de existência de primeira ordem, pois um predicado tem de poder ser concebivelmente falso acerca de algo. Assim, ao interpretarmos “a existe” ou “a não existe” como predicacões de primeira ordem temos que elas não são falsas, simplesmente são desprovidas de sentido. Russell defende que o predicado de existência é, na verdade, um predicado de segunda ordem. Existência é para ser aplicado a predicados de primeira ordem. Quando dizemos “a existe” estamos querendo dizer que *a* cai sob algum predicado de primeira ordem. Dizer que Moisés existe é dizer que Moisés cai sob o predicado F, qualquer que seja F. De forma análoga, dizer que “a não existe” é dizer que *a* não cai sob F, qualquer que seja F. Portanto, o predicado de existência é o que garante que os objetos instanciam alguma propriedade<sup>18</sup>.

<sup>16</sup> When you take any propositional function and assert of it that it is possible, that it is sometimes true, that gives you the fundamental meaning of "existence"... Existence is essentially a property of a propositional function. It means that that propositional function is true in at least one instance.

<sup>17</sup> Essa perspectiva de Wittgenstein pode ser encontrada no aforisma 4.461.

<sup>18</sup> Naturalmente, ‘F’ não pode ser um predicado de existência de primeira ordem.

#### 2.2.4 Existenciais singulares com nomes próprios

Vejam, enfim, como Russell interpreta os enunciados singulares de existência. Antes, precisamos dizer algo acerca de sua posição a respeito dos nomes próprios. Russell é junto com Frege, o fundador do descritivismo clássico. Segundo essa posição, os nomes são geralmente usados de uma maneira que correspondem a alguma descrição definida co-referencial. Ele defende até mesmo que os nomes abreviam descrições definidas. Na verdade, ele restringe isso às expressões que ordinariamente consideramos nomes próprios. Russell (1986, p. 220) sustenta que para algo ser genuinamente um nome próprio não deve ser possível colocar a questão da existência. Se pudermos colocar a existência do *denotatum* em questão, isso indica que a expressão não é um nome, mas uma descrição disfarçada<sup>19</sup>. Quando usamos um nome próprio como “Moisés” estamos apenas abreviando alguma descrição definida co-referencial como “O homem que liderou os israelitas na saída do Egito”. Essa descrição fornece a nossa compreensão de “Moisés”, assim como determina para nós o objeto que é a sua referência. Se alguém me pergunta a quem me refiro com “Moisés”, posso responder “Ao homem que liderou os israelitas na saída do Egito” e meu interlocutor imediatamente saberá de quem estou falando (se ele conhece a história).

Tendo por base sua teoria descritivista, Russell sugere que ao analisarmos sentenças com ocorrências de nomes próprios optemos por substituí-los por descrições definidas co-referenciais (RUSSELL, 1986, p. 213). Esse movimento proposto por Russell possui, pelo menos, dois benefícios<sup>20</sup>: (i) evitamos o comprometimento ontológico característico dos nomes próprios, ao analisarmos as descrições co-referenciais através de termos gerais, variáveis e quantificadores (*à la* Russell). (ii) Podemos usufruir do predicado de existência de segunda ordem, visto que teremos como escopo termos gerais e não termos singulares. Com isso, os enunciados existenciais singulares recebem novas roupagens. Primeiramente, uma roupagem explicativa. O enunciado “Moisés existe” deve ser analisado como “Existe um e apenas um x que liderou os israelitas na saída do Egito”. Em outros termos, exatamente um objeto instancia a propriedade “ser o líder dos israelitas na saída do Egito”. Nessa nova análise não nos comprometemos com alguém que liderou os israelitas na saída do Egito, se há

<sup>19</sup> Essa concepção está também fortemente relacionada à visão epistemológica de Russell. Para mais detalhes sobre a relação da teoria dos nomes de Russell com sua epistemologia, ver: Imaguire (2006) e Alencar (2012).

<sup>20</sup> Naturalmente, sob a ótica russelliana. Veremos posteriormente que esses mesmos benefícios podem ser considerados malefícios sob uma outra ótica.

alguém que corresponde à descrição, então o enunciado existencial é verdadeiro. Se não há alguém ou mais de uma pessoa satisfaz a descrição, então o enunciado é falso. No caso dos enunciados negativos seguimos o mesmo padrão. A sentença “Pégaso não existe” deve ser apreciada como “Não é o caso que, existe um e apenas um  $x$  que é o cavalo alado de Belerofonte”. Não há um único objeto instanciando a propriedade “ser o cavalo alado de Belerofonte”. Como não estamos comprometidos com a existência do cavalo alado podemos facilmente afirmar sua não existência.

Essa análise recebe uma nova roupagem lógica embutida tanto com sua visão descritivista quanto com sua perspectiva de existência como um predicado de segunda ordem. Como sentenças da forma ‘ $a$  existe’ são desprovidas de sentido, devemos analisa-las na forma de uma quantificação existencial. No caso de “Moisés existe” substituímos o nome por uma descrição definida co-referencial e ficamos com o seguinte:

$$1. \quad \exists x(Lx \wedge \forall y(Ly \rightarrow x=y))$$

Temos uma conjunção de duas partes, a primeira é uma afirmação da existência de algo que possui o predicado  $L$  ( $x$  liderou os israelitas na saída do Egito.). A segunda parte garante a unicidade, se  $y$  possui o predicado  $L$ , então  $x$  e  $y$  são o mesmo objeto. No caso de Pégaso, seguimos o mesmo processo, mas com a inserção da negação:

$$2. \quad \neg \exists x(Cx \wedge \forall y(Cy \rightarrow x=y))$$

Novamente temos duas partes de uma conjunção que constitui o escopo de uma generalização existencial negada. A primeira parte faz referência a um objeto possuindo o predicado  $C$  ( $x$  é um cavalo alado) e a segunda garante a unicidade desse objeto, como no caso de Moisés. O que é negado é a existência de um objeto que satisfaça essas duas cláusulas.

Com essas duas mudanças (linguística e lógica) parece que evitamos a trivialidade presente em sentenças existenciais afirmativas e o aspecto contraditório dos enunciados existenciais negativos. Entretanto, essas mudanças possuem um custo, aceitar o descritivismo e o conceito de existência de segunda ordem. Se esses dois aspectos transmitem realmente uma imagem adequada é algo que examinaremos mais adiante. Por agora, deve-se dizer que essa análise parece dissolver nosso problema inicial. Substituindo nomes por descrições e optando por um conceito de existência de segunda ordem evitamos o comprometimento ontológico e tudo o mais que o acompanhava.

### 2.3 Quine e o critério ontológico

A abordagem de Quine em seu célebre artigo “*On What There Is*” rendeu diversos desenvolvimentos e debates no âmbito da filosofia da linguagem e ontologia. Ele define não apenas um critério para o comprometimento ontológico, como sustenta uma abordagem *à la* Russell do problema da existência. Como uma perspectiva de influência russelliana, a resposta de Quine demarca com clareza os tipos de sentenças que nos comprometem ou não ontologicamente. Ao que parece, seu objetivo principal é mostrar que o comprometimento com a existência de objetos é uma posição que pode ser adotada. Entretanto, optar pelo caminho contrário não priva nossas sentenças de sentido. Antes de entrar nos pormenores dessas questões devemos refazer o trajeto trilhado por ele para compreender sua argumentação.

Quine conduz sua abordagem do problema da existência distinguindo diferentes tipos de ontologia que atuam no debate. Para obtê-las precisamos recolocar a pergunta central de Quine: “O que há?”. A pergunta pode inicialmente ser respondida por uma única palavra: “Tudo!”. Essa resposta, por sua vez, não atinge unanimidade. Objetos não-existentes, como Pégaso, poderiam entrar em choque com ela. No entanto, alguns filósofos argumentam que, se Pégaso não existe, não faz mesmo sentido dizer que ele não existe. Estaríamos assumindo uma entidade para depois negar sua existência. Assim, eles concluem que não é possível dizer que uma determinada entidade não existe, *ergo*, Pégaso existe. Mas, se Pégaso existe, que tipo de coisa ele é? Quine identifica dois tipos de respostas a essa questão, as quais ele atribui, respectivamente, a dois personagens fictícios, que ele denomina “McX” e “Wyman”. A primeira resposta é de que Pégaso “é uma ideia nas mentes dos homens” (Quine, 1961, p. 2), e a segunda é a de que Pégaso é um “possível não-atualizado” (Ibidem, p. 3).

O oponente que afirma a existência de Pégaso (McX e Wyman) formula a controvérsia dizendo que Quine se recusa a reconhecer certas entidades. Quine, por sua vez, protesta corrigindo que não há quaisquer entidades, das que estão sendo alegadas, para ele reconhecer. De qualquer maneira, parece que o oponente do lado negativo (representado por Quine) ficará sempre em apuros, pois não pode afirmar que uma suposta entidade não existe, sem se comprometer com sua existência. Ainda assim, Quine aceita o desafio e apresenta respostas a seus oponentes.

O ponto central do argumento de McX é que expressões singulares precisam referir para serem dotadas de sentido. Do mesmo modo, as frases declarativas que possuem

expressões singulares dependem dessa referência para serem dotadas de sentido. No caso de Wyman, embora ele consiga evitar sustentar que Pégaso é uma ideia mental, ele acaba recorrendo a algo igualmente problemático, possíveis não-atualizados. Quine prontamente recorre à análise proposta pela teoria das descrições de Russell. Com ela, ele propõe eliminar o comprometimento ontológico supostamente presente em nomes e descrições definidas. No caso dos nomes, Quine propõe substituí-los por descrições e seguir com a análise à maneira de Russell. Para nomes que possuem um conceito obscuro ou dificultem o processo de substituição por uma descrição, ele sugere apelarmos para o atributo irreduzível de ser-Pégaso ou pegaseiar. Desse modo, poderíamos identificar Pégaso com “a coisa que é-Pégaso” ou “A coisa que pegaseia”.

Com as medidas adotadas, Quine acredita evitar controvérsias como as levantadas por McX. Essa nova perspectiva permite falarmos das coisas sem nos comprometermos com sua existência. Comprometemo-nos apenas com aquilo que afirmamos existir. O simples uso de um termo singular não nos compromete com a existência de seu suposto referente. Deixamos de nos comprometer com supostas entidades ao negarmos sua existência. A ideia chave dessa visão está na distinção entre ter sentido e nomear. Como ilustração, podemos evocar o exemplo fregeano da estrela da manhã. Certo observador identificou um objeto extraterrestre posicionado no céu pela manhã. Ele o chamou de “a estrela da manhã”. Esse mesmo observador identificou um objeto semelhante que aparecia pela tarde. Ele o chamou de “a estrela da tarde”. Posteriormente, observações astronômicas identificaram que a estrela da manhã e a estrela da tarde eram o mesmo objeto. E finalmente, não se tratava de uma estrela, mas do planeta Vênus. Apesar das duas expressões denotarem o mesmo objeto, elas possuem sentidos diferentes. Isso elucida o hiato existente entre ter sentido e nomear.

O que levou McX a perspectivas infundadas foi não reconhecer esse hiato. Ele acreditava que expressões singulares precisam nomear para serem dotadas de sentido. Em decorrência disso, McX confundiu Pégaso com o sentido de “Pégaso”, identificando o objeto nomeado com o sentido do nome, ele concluiu que Pégaso, tal como o sentido, é algo mental. Confundido com o seu sentido, Pégaso acaba como uma ideia na consciência. Entretanto, como vimos, ser dotado de sentido e ter uma denotação são coisas distintas. E uma expressão ou sentença não deixa de ser dotada de sentido por não denotar um objeto.

O erro de Wyman está em “possíveis não-realizados” (*possibilia*) ser uma ideia igualmente problemática. Quine aponta que essa noção é vaga e nos leva a problemas acerca da identidade. Podemos imaginar diversas entidades putativas desordenadamente. Entretanto, como podemos especificar cada uma delas? Podemos dizer: “Há um possível homem alto

rodeando minha casa”. E mais uma vez: “Há um possível homem gordo rodeando minha casa”. Essas supostas entidades são as mesmas ou podem ser consideradas distintas? Segundo Quine (1961, p. 4), não temos como decidir. Assim, não parece correto seguir com uma posição que não é capaz de dizer de uma suposta entidade que ela é idêntica a si mesma e distinta de outras. Devemos evitar esse comprometimento exagerado e desordenado.

Outro ponto de preocupação de Quine é desvincular a questão do comprometimento ontológico do uso de nomes próprios. Ele defende que o compromisso ontológico surge quando usamos variáveis ligadas. Atingimos pressuposições ontológicas somente quando o alegado objeto que está sendo pressuposto está entre os valores das variáveis que tornam verdadeiras afirmações das nossas teorias. O fato de nomes próprios nos levarem a compromissos ontológicos representa uma mera contingência, visto que podemos substituí-los por descrições e eliminar essas últimas pela análise de Russell. Todo uso de nomes, pode ser modificado para um uso sem nomes.

Mas isso é, essencialmente, a única maneira de nos envolvermos em compromissos ontológicos: por nosso uso de variáveis ligadas. O uso de nomes supostos não é critério, pois podemos recusar sua nominalidade [namehood] em um piscar de olhos, a não ser que a suposição de uma entidade correspondente possa ser descoberta nas coisas que afirmamos em termos de variáveis ligadas...e estamos presos a uma pressuposição ontológica particular se, e apenas se, o objeto presumido da pressuposição tiver de ser reconhecido entre as entidades que nossas variáveis percorrem para tornar uma de nossas afirmações verdadeiras.<sup>21</sup> (Quine, 2011, p. 26)

O comprometimento com os objetos do nosso discurso é uma característica que não está associada ao uso de expressões denotativas, nem a um tipo específico de expressão denotativa. Trata-se de algo que depende ao que nossa teoria se aplica. Assim, nomes podem ser substituídos por descrições, descrições podem ser eliminadas em termos de predicados e variáveis ligadas. O que resta de fato como representativo do compromisso ontológico são as variáveis ligadas. Somente nos comprometemos com o domínio de objetos que nossas variáveis ligadas percorrem para tornar nossas afirmações verdadeiras.

---

<sup>21</sup> But this is, essentially, the only way we can involve ourselves in ontological commitments: by our use of bound variables. The use of alleged names is no criterion, for we can repudiate the namehood at the drop of a hat unless the assumption of a corresponding entity can be spotted in the things we affirm in terms of bound variables...and we are convicted of a particular ontological presupposition if, and only if, the alleged presuppositum has to be reckoned among the entities over which our variables range in order to render one of our affirmations true. (Quine, 1961, p. 12 – 13)

## 2.4 Tudo ou nada

Há uma distinção na abordagem de Quine que pode ter gerado um impulso filosófico para uma resposta ao problema da existência. Trata-se da distinção entre variáveis livres e ligadas. Com sua perspectiva de que só há comprometimento ontológico quando fazemos uso de variáveis ligadas, Quine parece indicar que se utilizarmos variáveis livres evitamos esse compromisso com objetos. No caso de Quine, quando usamos variáveis livres não estamos dizendo nada e conseqüentemente não estamos nos comprometendo com nada. Como que impulsionadas por essa indicação quineana, diversas abordagens do problema da existência buscam evitar introduzir proposições que exijam variáveis ligadas<sup>22</sup>. Podemos reconhecer essa tendência como o esforço por uma lógica livre de pressuposições ontológicas. Essa tendência interessa muito nessa pesquisa e será objeto de análise ao longo dos próximos capítulos.

A exposição dessa indicação de Quine realça a existência de uma falsa dicotomia tudo-nada na resposta ao problema ontológico. Não precisamos optar por um extremo ou outro, podemos simplesmente evitar uma resposta definitiva e seguirmos com uma abordagem sem compromissos ontológicos. A vantagem de uma postura como essa é podermos falar de objetos e suas propriedades independente de termos ou não conhecimento do seu status ontológico. O quadrado redondo é redondo. Intuitivamente, é uma propriedade do objeto, mesmo sendo um objeto impossível parece que negá-la seria insensato. Tal como seria insensato conferir alguma espécie de existência ao objeto somente para poder falar de suas propriedades. Essa linha de pensamento também teria a vantagem de evitar a trivialidade dos existenciais afirmativos. Na medida em que nossa lógica é livre de compromissos ontológicos, afirmar a existência de algo deixa de ser uma trivialidade, na verdade afirmar ou negar existência passa a ser uma informação relevante.

Quando adotamos uma posição extremista tendemos ao erro e ficamos impedidos de falar de algo que não existe ou conferimos falsidade a sentenças intuitivamente verdadeiras. Por outro lado, se admitirmos a existência do objeto para podermos falar de suas propriedades, teremos uma afirmação de existência por mera conveniência e uma ontologia inflacionada e desordenada.

---

<sup>22</sup> Entre elas temos as de Hintikka (1959) e Kripke (2013). No caso de Hintikka temos realmente uma proposta de um sistema de lógica sem pressuposições existenciais. Kripke apresenta apenas os casos específicos de enunciados de existência positivos e negativos e não chega desenvolver um tal sistema de lógica, embora ressalte sua importância.

### 3 EXISTÊNCIA COMO UM PREDICADO DE PRIMEIRA ORDEM

Já foi mencionado que a ideia de um predicado de existência de primeira ordem corresponde à ideia intuitiva de existência. Existência parece ser presumivelmente um predicado que se aplica diretamente aos objetos. Entretanto, o conceito desse tipo não é filosoficamente consistente. Se existência se aplica a indivíduos, todo objeto existe. Nesse caso, se trataria de um predicado verdadeiro de tudo e falso de nada. Como vimos, Russell defende que um predicado tem de poder ser concebivelmente falso acerca de algo. Nesse capítulo, examinaremos três posições semelhantes acerca do predicado de existência. Todas buscam tornar filosoficamente consistente a intuição de que o predicado de existência é um predicado de primeira ordem.

A primeira dessas posições é sustentada por Saul Kripke. O autor busca encaixar um tal predicado de existência no contexto das sentenças singulares de existência. Sua posição busca adaptar a análise dessa classe de sentenças a sua posição acerca da rigidez dos nomes próprios. A outra posição é defendida por Nathan Salmon. Ele apresenta um conjunto de razões para aceitarmos existência como um predicado de indivíduos, expressando-o em termos de quantificação e identidade no âmbito da lógica de predicados padrão. Por último, João Branquinho advoga a favor da mesma linha de pensamento de Salmon, de que existência é um predicado de primeira ordem parcialmente definido através do quantificador existencial e identidade. Ele busca tornar consistente a ideia de que existência é um predicado de indivíduos, verdadeiro de tudo e falso de nada.

No final veremos que, apesar do esforço, nenhuma dessas perspectivas consegue evitar os problemas que apontamos acima. No caso de Salmon e Branquinho, ambos nem mesmo têm o intuito de fazer tal coisa. Eles acreditam que “ser verdadeiro de tudo e falso de nada” é justamente a característica que se espera de um predicado de existência de primeira ordem. Assim, uma lógica livre de pressuposições de existência parece ser exigida para tentar contornar as objeções em pauta. É de suma importância destacar que nenhuma dessas perspectivas pretende sustentar qualquer ideia meinongiana. Isto é, de que há objetos não existentes. O intuito é justamente o contrário, advogar a favor de um conceito de existência verdadeiro de tudo e falso de nada.

### 3.1 Kripke e as sentenças existenciais

Uma característica peculiar da proposta de Kripke (2013) parece ser que ele não está preocupado em desenvolver uma definição do conceito de existência. Seu interesse é analisar enunciados de existência singular. Se uma coisa depende da outra é uma questão discutível. Podemos analisar essa classe de enunciados da maneira habitual da lógica padrão e moldar apenas nossa compreensão do sujeito gramatical que ocorre na sentença. Essa, porém, não é a saída de Kripke. A solução kripkeana parte da ideia de que existência é um predicado de indivíduos, embora não forneça uma definição prévia desse predicado nem especifique as coisas às quais ele pode ou não se aplicar. Sua proposta leva em conta como atribuições de existência podem ser analisadas em contextos contrafactuais e com base nisso esclarece que espécie de proposição é expressa por sentenças existenciais. Com isso, torna-se possível responder a uma série de questões: O que se quer dizer por um enunciado existencial? Sentenças existenciais são informativas? Podemos consistentemente dizer que *algo* não existe?

#### 3.1.1 A tese da designação rígida

A posição de Kripke a respeito do conceito de existência que estamos examinando passa por sua concepção dos nomes próprios. Tal concepção é millianista, o que significa que Kripke (1980, 2013) rejeita a ideia de que nomes próprios têm algum tipo de conteúdo descritivo, opondo-se dessa forma ao descritivismo. Evidentemente, para que tal oposição tenha alguma chance de ser bem sucedida, é de se esperar que Kripke possa acomodar os problemas que a posição descritivista parecia resolver de maneira satisfatória. Espera-se que sua posição seja capaz de apresentar uma imagem igualmente poderosa. Vejamos então alguns detalhes de sua posição acerca dos nomes próprios.

Como millianista, Kripke defende que os nomes possuem uma denotação, mas não possuem uma conotação. Em adição a isso, ele sustenta que o comportamento dos nomes próprios em contextos contrafactuais<sup>23</sup> revela que eles são designadores rígidos. Por “designador rígido”, devemos entender um termo que designa rigidamente seu *denotatum*, isto é, que denota o mesmo objeto em todas as situações contrafactuais, em que o objeto existe.

---

<sup>23</sup> Também podem ser denominados “mundos possíveis”. Tratam-se de situações estipuladas que representam diferentes configurações entre os objetos, isto é, são maneiras que o mundo poderia ter sido, embora não seja. O mundo atual é também um mundo possível, nele as configurações dos objetos foram atualizadas.

Esse último ponto merece destaque. A posição de Kripke não exige que os objetos nomeáveis sejam existentes necessários. Quando nos comprometemos com a existência do objeto no mundo atual, também nos comprometemos com a afirmação de que *esse mesmo* objeto será denotado pelo nome em todos os mundos possíveis, com a ressalva de que o objeto exista nesses mundos. Somente nos comprometemos que “Moisés” designa Moisés nos mundos possíveis em que Moisés existe<sup>24</sup>.

Quando usamos um nome próprio como “Moisés”, estamos nos referindo ao objeto Moisés no mundo atual. Naturalmente, podemos imaginar que Moisés poderia ter instanciado propriedades diferentes em circunstâncias diferentes. Podemos imaginar um mundo possível em que Moisés nunca liderou os israelitas na saída do Egito, nunca quebrou as tábuas da lei, ou nunca ficou de frente com a sarça ardente. Nessas situações, estamos a falar do mesmo objeto, e o nome continua denotando esse objeto. A referência do nome permanece rígida. Mesmo se imaginarmos uma situação em que Moisés se chame “Antônio”, essa será uma situação em que Moisés, o mesmo indivíduo referido no mundo atual, se chama “Antônio”. Quando estipulamos a situação, o nome “Moisés” continua denotando o mesmo objeto. Podemos estipular uma situação em que Moisés nunca existiu, uma situação em que seus pais nunca se conheceram, por exemplo. Nesse mundo possível, o nome “Moisés” deixa de ter um *denotatum*. Se o *denotatum* de um nome for um existente necessário, então esse nome é um designador *fortemente* rígido.

A análise dos nomes próprios em situações contrafactuais indica para Kripke que, dado que um nome denota um objeto no mundo atual, as situações estipuladas a respeito desse objeto não estão limitadas à manutenção das propriedades do objeto em questão. Tenho o nome denotando um objeto, esse objeto possui algumas propriedades. Dessas propriedades podemos ter algumas que são comumente utilizadas para singularizar o objeto no mundo atual. Essa singularização permite-nos determinar a qual objeto nos referimos quando usamos determinado nome. Todavia, esse processo não precisa ser feito em situações contrafactuais. Não precisamos (nem podemos) identificar o objeto em outro mundo possível para considera-

---

<sup>24</sup> Leclerc (2006) aponta um problema relacionado a esse ponto. Se todo o objeto que existe em um mundo  $w$  possui a propriedade de existência em  $w$ , então em qualquer mundo possível  $w^n$  em que o objeto existe ele possui a propriedade de existência. Assim, existência é uma propriedade essencial e trivial de todo o objeto que existe. Isso soa bastante controverso. Podemos, como sugere Leclerc, distinguir propriedade essencial de uma propriedade necessária. Uma propriedade essencial é uma propriedade que o objeto possui em todos os mundos possíveis em que ele existe, enquanto uma propriedade necessária é uma propriedade que o objeto possui em todos os mundos possíveis (mesmo nos mundos em que ele não existe). Entretanto, não parece que existência seja uma propriedade trivial. Veremos nesse e no próximo capítulo razões para duvidar da suposta trivialidade dessa propriedade. De qualquer forma, a maneira como alcançamos essa conclusão parece estar diretamente ligada à maneira como definimos propriedade essencial. Entrar no debate sobre propriedades essenciais nos levaria para além do escopo dessa pesquisa, por isso deixarei essa questão em aberto.

lo em outras situações. Pelo contrário, é porque temos o objeto que podemos estipular uma situação contrafactual acerca *dele*. Podemos perguntar o que teria acontecido ao *objeto* caso as circunstâncias fossem diferentes.

### 3.1.2 *Existenciais afirmativos*

Essa concepção de Kripke acerca dos nomes próprios possui problemas quando lidamos com enunciados existenciais. Esses problemas já surgem pelo simples fato de se tratar de uma posição millianista e anti-russelliana. Como vimos, sua defesa de nomes como designadores rígidos não levanta mais problemas. Tome-se a sentença “Moisés existe”. Essa sentença é verdadeira, pois de fato existiu um homem que foi o *denotatum* de “Moisés”. Sendo a posição de Kripke uma posição millianista deve-se considerar que a função básica dos nomes é denotar. Como já vimos isso gera o problema de que o nome nos compromete previamente com um *denotatum*. Se isso é assim, então “Moisés existe” deve ser trivial. Um fato empírico torna essa sentença verdadeira. Esse mesmo homem poderia ter feito coisas diferentes em outros mundos possíveis. Há mundos possíveis nos quais Moisés foi um fiel servo do Faraó durante toda sua vida. Há também mundos possíveis nos quais Moisés foi morto antes de liderar os israelitas para a saída do Egito.

O sentido oposto também se sustenta, outra pessoa (contrafactualmente) poderia ter feito todas as coisas que atribuímos a Moisés, isso não significa que essa pessoa é Moisés. Mesmo que alguém tivesse feito tudo que a bíblia fala de Moisés não podemos concluir por conta disso que Moisés existe. Moisés poderia ter existido e não ter realizado os atos atribuídos a ele, outra pessoa poderia os ter feito, ou mesmo ninguém poderia tê-los feito. Nada disso nos fornece uma análise de “Moisés existe”. E finalmente, há outros mundos nos quais os pais de Moisés não se conheceram e ele nunca existiu. Moisés existiu, mas ele poderia não ter existido. Além disso, podemos levantar a questão de se Moisés realmente existiu. Independente da resposta, o fato de podermos levantar tal questão já indica que a sentença “Moisés existe” não é trivial. Ela transmite uma informação, essa informação pode ser contestada.

Então, minha visão é que *é perfeitamente legítimo atribuir existência a indivíduos*, sejam dados sensoriais russellianos ou qualquer outra coisa...deve ser perfeitamente legítimo atribuir existência a indivíduos,

porque pode-se inteligivelmente dizer que eles poderiam não ter existido.<sup>25</sup> (Kripke, 2013, p. 36, tradução minha, grifo meu).

Suponhamos então que seja indubitável que Moisés existiu no mundo atual. Isso não torna a sentença “Moisés existe” trivial. Ela ainda pode ser analisada em situações contrafactuais. Em outros mundos possíveis a sentença “Moisés existe” será falsa. É informativo saber que no mundo atual ela é verdadeira. Em suma, a sentença em questão expressa a proposição de que houve um homem que é o *denotatum* do nome “Moisés”. Em termos lógicos teríamos uma predicacão monádica de primeira ordem:

1. Em

O termo ‘E’ representa um predicado de primeira ordem de existência. Esse predicado se aplica a tudo que existe. E o termo ‘m’ é uma constante individual que representa o nome “Moisés”.

Como vimos no capítulo precedente, essa formalização gera exatamente o problema de tornar (1) uma verdade lógica. Entretanto, assim como a sentença “Moisés existe” não é trivial, também não parece que sua correspondente forma lógica deva ser considerada uma verdade lógica. Uma solução para isso seria alterar a formalização de (1) para uma formalização com quantificador existencial e identidade:

2.  $\exists y (y = m)$

O quantificador existencial carrega toda a carga ontológica da nossa fórmula, e a transmite para a constante individual através da relação de identidade. Optar por essa formalização é importante para mostrar que a noção de existência como um predicado de primeira ordem pode ser acomodada na lógica de predicados, embora isso não resolva o problema dos enunciados existenciais. O problema com uma formalização desse tipo é que na teoria da quantificação tudo que pertence ao nosso domínio existe. Assim, todas as nossas constantes individuais já carregam o comprometimento ontológico. Isso fica mais claro ao analisarmos a fórmula apenas com as variáveis:

3.  $\exists y (y = x)$

A teoria da quantificação possui o seguinte teorema “para todo x, x existe” assim:

4.  $\forall x \exists y (y = x)$

Não podemos admitir algo que não exista. A sentença 4 deve ser necessária:

5.  $\Box \forall x \exists x$

---

<sup>25</sup> So my view is that it is perfectly legitimate to attribute existence to individuals, whether Russellian sense-data or anything else...it must be perfectly legitimate to attribute existence to individuals, because one can intelligibly say that they might not have existed.

Isto é, “necessariamente, para todo  $x$ ,  $x$  existe”. Com isso, seria impossível para o predicado de existência de primeira ordem não se aplicar a algo. Isto é, seria impossível para *algo* não existir. O que ocorre aqui, segundo Kripke (2013, p. 38), é uma confusão entre existência e auto identidade. A relação que está sendo representada em (4) não é a relação de ser idêntico a si mesmo, mas de ser idêntico a alguma coisa em geral. Existência é ser idêntico a algo do nosso domínio. A auto identidade, presumivelmente, é verdadeira em todos os mundos possíveis. Mesmo mundos possíveis nos quais Moisés não existe, Moisés continua sendo idêntico a si mesmo. No entanto, Moisés não possui existência em todos os mundos possíveis, há mundos em que o predicado de existência não se aplica a Moisés. Nesses mundos, Moisés não é idêntico a algo em geral. Evitaríamos dessa maneira o problema da aplicação necessária do predicado de existência.

Naturalmente, isso não nos leva a admitir que tudo tem existência necessária:

6.  $\forall x \Box Ex$

A sentença (6) é falsa, os objetos do nosso domínio não precisam ter existência necessária. A sentença (5) pode ser classificada como uma sentença *de dicto*, ela afirma que a sentença “tudo existe” é necessária. Isso parece verdadeiro. Se temos algo no nosso domínio, presumivelmente, ele existe. De outra maneira, como poderia compor nosso domínio? De modo oposto, a sentença (6) pode ser classificada como uma sentença *de re*, ela afirma de todos os objetos (e não da sentença) que cada um deles tem existência necessária. O que parece ser falso, tendo em vista que podemos imaginar situações em que Moisés não existiu. Podemos falar desses objetos e perguntar em quais circunstâncias eles poderiam ter deixado de existir.

Uma questão pode ser levantada aqui. Se levantarmos a questão da existência acerca de Moisés, então a própria sentença “Moisés não existe” não deveria existir ou pelo menos não deveria ser acessível a nós linguisticamente. Se a referência para “Moisés” não existe, uma sentença com ocorrência de “Moisés” não deveria existir ou pelo menos não ser acessível a nós. Uma simples distinção encerra o problema, podemos falar de duas formas linguísticas em situações contrafactuais: (i) a linguagem que estipula a situação e (ii) a linguagem do interior da situação. Na nossa análise contrafactual, utilizamos apenas a linguagem (i). Podemos considerar uma situação em que as circunstâncias descritas não ocorreram, e podemos estipulá-la de acordo com a linguagem que possuímos. Se na situação estipulada Moisés nunca existiu e, portanto, a situação não possui a expressão “Moisés não existiu”, isso é algo que não interfere na nossa análise da própria situação. Os putativos falantes da situação

descrita não teriam acesso à sentença “Moisés não existiu”, caso as circunstâncias tivessem realmente ocorrido.

Apesar do predicado de existência ser verdadeiro de todos os objetos do nosso domínio ele não é trivial. Isso por que os objetos o possuem de maneira contingente. Poderemos sempre levantar a questão “Moisés poderia não ter existido?”. Naturalmente, a resposta é afirmativa. Todavia, mesmo que haja alguma maneira de defender uma resposta negativa, o fato é que a questão pode ser levantada, o que indica que o predicado de existência de primeira ordem não é trivial quando exposto a situações contrafactuais. Consequentemente, ele não violaria a exigência de Russell de poder não se aplicar aos objetos.

### 3.1.3 *Existenciais negativos*

Enunciados existenciais negativos se revelam como o caso mais problemático para a teoria de Kripke. Como podemos negar a existência de algo se ter uma referência constitui a função básica do nomear? Como posso afirmar “Pégaso não existe”? Estou nesse caso negando a existência de uma coisa definida? Kripke defende que quando lidamos com esse tipo de enunciado, podemos classificá-los em dois tipos: (i) enunciados acerca de pessoas do mundo real e (ii) enunciados acerca de pessoas fictícias. Começemos pelo primeiro caso então. Posso dizer (algo supostamente falso) de Moisés que ele não existiu. “Moisés não existiu” parece ainda ser um enunciado acerca de Moisés. Estamos legitimamente falando acerca do objeto e não das propriedades do objeto. Algo semelhante ocorre em situações contrafactuais, dizer que “Moisés existiu, mas poderia não ter existido” é imaginar uma situação em que Moisés não teria existido.

O segundo ponto para abordar a posição de Kripke acerca de enunciados existenciais negativos é esclarecer sua abordagem dos nomes da ficção. Intuitivamente, acreditamos que enunciados do tipo “Sherlock Holmes não existe” são verdadeiros. Isso porque queremos dizer que Sherlock Holmes é apenas um personagem fictício, ele não é real. Kripke opta por contrariar essa intuição. Ele sustenta que sentenças em geral acerca de personagens fictícios podem representar proposições verdadeiras. Consideremos as seguintes sentenças:

- (1) Sherlock Holmes é um detetive britânico
- (2) Sherlock Holmes é uma pessoa real
- (3) Sherlock Holmes é um personagem fictício

Esses enunciados, de acordo com Kripke, podem ser analisados de duas formas. Primeiro, podemos realizar a análise do ponto de vista do interior da história. Nesse tipo de análise

consideramos haver uma qualificação implícita antes de cada um dos enunciados, como: “Na história” ou “Ficcionalmente”. O resultado é que (1) e (2) seriam verdadeiras e (3) seria falsa. Isso porque do interior da história ou de acordo com a história, Sherlock Holmes é um detetive britânico e é uma pessoa real. Naturalmente, ele não é um personagem fictício.

A outra maneira é introduzir uma ontologia para entidades fictícias. Ao escrevermos um trabalho de ficção ou mesmo ao contarmos um mito estamos criando uma série de entidades abstratas. Essas entidades passam a existir no mundo real em virtude da atividade de pessoas concretas de escreverem ou contarem uma ficção ou um mito. Elas são então pessoas fictícias reais. De acordo com essa visão os enunciados (1) e (3) seriam verdadeiros e (2) seria falso. Sherlock Holmes é real enquanto entidade abstrata resultado de um trabalho de ficção. Ele é um detetive britânico e um personagem fictício (real). De modo semelhante, pode haver personagens fictícios que integram uma ficção dentro de um trabalho de ficção. Isso ocorre, por exemplo, quando os personagens de uma ficção assistem ou leem uma ficção que ocorre apenas como uma ficção dentro de outra ficção. Os personagens da última não são do mesmo tipo da primeira. Os personagens de uma ficção dentro da ficção não são reais, mas apenas meramente fictícios. Podemos denominá-las “fictícias entidades fictícias”<sup>26</sup>.

Voltando agora para os existenciais negativos, vemos que nos dois tipos de análise “Hamlet existe” seria verdadeira. Consequentemente, “Hamlet não existe” seria falsa. Assim, não temos enunciados existenciais negativos genuínos envolvendo entidades fictícias gerando proposições verdadeiras. Apesar de Hamlet não ser uma pessoa real (de acordo o segundo tipo de análise), ele é uma pessoa fictícia real e, portanto, existe. O que ocorre é que se pensa que por Hamlet se tratar de um personagem fictício ele não pode existir, essa propriedade implica sua não existência. Kripke chama esse pensamento de “falácia do pato de brinquedo”. Podemos falar do pato real (presente em um lago) e do pato de brinquedo (na banheira da minha filha). Embora, o pato de brinquedo não seja, estritamente falando, o pato real, ele ainda é um pato de brinquedo existente. Assim como o pato real existe, o pato de brinquedo também existe. De modo análogo, assim como pessoas reais existem, pessoas fictícias (reais) também existem.

O único tipo de existenciais negativos que Kripke considera genuínos são os enunciados envolvendo nomes que erroneamente se pensou ser fruto de algum trabalho de ficção ou mito. Um exemplo aludido por Kripke é o caso envolvendo um suposto deus pagão

---

<sup>26</sup> Também é possível alcançar outros níveis de fictícias entidades fictícias. Um personagem que está numa ficção que por sua vez pertence a outra ficção que pertence a uma terceira é uma fictícia entidade fictícia de outro nível. E isso se segue *ad infinitum* (KRIPKE, 2013, p. 82).

chamado “Moloc”. Moloc seria um deus pagão a quem os israelitas supostamente teriam oferecido sacrifício. Kripke apresenta algumas razões para acreditarmos que tal deus como Moloc nunca fez parte de um mito realmente. Na verdade, o nome “Moloc” nunca foi inserido com o intuito de denotar qualquer deus pagão. Alguns intérpretes pensaram erroneamente que o termo “Moloc” desempenhava o papel de nome próprio. Assim, o nome “Moloc” não teria um referente e esse deus pagão nunca foi adorado por quem quer que seja. No fim das contas, Moloc não existiu. Usou-se o nome pensando erroneamente estar se referindo a algo, quando não estava.

Seguindo essas observações podemos ainda apontar algumas sentenças existenciais negativas que supostamente reconheceríamos como genuínas e que resultariam em proposições verdadeiras, como as seguintes:

- (4) Moloc não existe
- (5) Vulcano não existe
- (6) Sam Jones<sup>27</sup> não existe

Esses enunciados são existenciais negativos genuínos na visão de Kripke. Em (4) temos um nome que foi suposto se referir a um deus pagão quando, de fato, esse deus nunca existiu. Em (5) temos um nome que se pensou se referir a um planeta quando, na verdade, o planeta nunca existiu. Finalmente, em (6) temos um nome fruto de uma mentira. Apenas nesses casos temos existenciais negativos, porque eles parecem poder representar proposições intuitivamente verdadeiras.

Precisamos saber então como os enunciados (4)-(6) podem ser verdadeiros, se é que realmente o são. Kripke discute nesse ponto duas possíveis análises do problema<sup>28</sup>. A primeira delas é a que considera que negar a existência de algo corresponde a dizer que se trata de uma (suposta) entidade fictícia ou não real. Essa concepção apresenta pelo menos três problemas. Primeiro, não parece que quando alguém diz “suponhamos que Napoleão nunca existiu” ele queira dizer “suponhamos que Napoleão foi um personagem fictício”. Mesmo que um trabalho de ficção fosse escrito acerca de um personagem que realizasse todos os atos atribuídos a Napoleão, isso não significa que Napoleão teria sido um mero personagem fictício.

---

<sup>27</sup> Esse é mais um caso apresentado por Kripke. Alguém diz ao proprietário de um restaurante que Sam Jones virá pagar a conta. Essa pessoa está simplesmente mentindo para enganar o proprietário. Isto é, Sam Jones não existe.

<sup>28</sup> O próprio Kripke admite em uma nota de rodapé uma terceira possibilidade, a concepção Frege-Russell. No entanto, ele não a discute por considerar que já apresentou argumentos que refutam essa análise.

Segundo, não é necessário recorrer a um domínio de entidades fictícias para que se possa dizer que não há tal pessoa. Se algo é fruto de uma ficção, sabemos de antemão que tal coisa não é (nem pode vir a ser) uma pessoa real. Assim, parece que não se deve confundir uma análise acerca de pessoas reais com uma análise acerca de pessoas fictícias (reais).

Terceiro, há uma ideia de que “existe” poderia ser representado por algum predicado sortal como “é uma pessoa real”. Assim, existir é ser uma pessoa real, enquanto não existir é ser uma pessoa fictícia. Ou mesmo (com uma ontologia para entidades fictícias) o predicado sortal “é uma pessoa fictícia”. Enquanto, uma pessoa fictícia real (Hamlet) existe, uma fictícia pessoa fictícia (Gonzago) não existe. Essa associação não se sustenta, pois podemos encontrar maneiras pelas quais ambas existem. Os enunciados de existência singular devem ser analisados levando em conta o predicado de existência e não um predicado que no fim das contas serve apenas para caracterizar uma entidade. O mesmo acontece com “concreto”, “causalmente eficaz”, “espaço temporalmente identificável”, e outros do mesmo gênero. Podemos usar “existe” como sinônimo dessas expressões, mas o significado genuíno de “existe” (ou “não existe”) parece extrapolar tal gênero de classificação.

Outro tipo de análise pode ser a abordagem metalinguística. Nesse tipo de análise, ocorrências como (4) deveriam ser analisadas como “‘Vulcano’ é um nome vazio”. Também essa perspectiva apresenta certos problemas. O primeiro deles é relativo a situações contrafactuais. Quando imagino uma situação em que Vulcano existiu, não é simplesmente uma situação em que “Vulcano” teria uma referência. Do mesmo modo, uma situação em que Moisés não teria existido não é uma situação em que “Moisés” não teria uma referência. De fato, o objeto poderia existir e não ser chamado “Moisés”. Uma consequência disso seria gerar dois tipos de análises dependendo do valor de verdade da sentença. Assim, se Vulcano não existe, então a análise se mostra correta. O nome “Vulcano” não teria referência. Por outro lado, “Moisés não existe” não poderia ser analisado da mesma forma. Dado um mundo possível  $M_n$ , embora “Moisés” possa de fato não possuir referência em  $M_n$ , Moisés poderia continuar existindo em  $M_n$ <sup>29</sup>.

O segundo problema envolve uma confusão entre uso e menção. Alguém pode ver o nome “Papai Noel” num livro e perguntar “isso é um nome?” e a outra pessoa responder “não, esse nome não possui referência”. Essa pessoa pode então concluir que “Papai Noel não

---

<sup>29</sup> Há também o problema de menor relevância de que vários objetos são denotados pela mesma expressão denotativa. Há um largo número de pessoas que se chamam “Moisés”. Saber que o nome “Moisés” possui uma referência, não é suficiente para concluir “Moisés existe”. Se em algum mundo possível, nada chega a ser chamado “Moisés” e consequentemente, o nome “Moisés” não possui uma referência, não podemos concluir que Moisés não existiu.

existe” no sentido de “o nome ‘Papai Noel’ não possui uma referência”. Isso difere de uma criança que vê o nome “Papai Noel”, e é advertida por alguém “Papai Noel não existe”. No primeiro caso se está a mencionar o nome, enquanto no segundo o nome está sendo usado. O agente do primeiro caso pode mesmo vir a acreditar que Papai Noel existe e se referir a ele por um nome diferente. Em suma, o primeiro uso do existencial negativo versa sobre o nome, enquanto o segundo uso versa sobre o objeto.

Kripke (2013, p. 158-159) sugere que quando lidamos com sentenças de existência afirmativas podemos querer dizer que “A sentença ‘a existe’ expressa uma proposição verdadeira”. No caso de sentenças existenciais negativas podemos querer dizer “A sentença ‘Vulcano existe’ não expressa uma proposição verdadeira”. Em sentenças de existência, se uma sentença não expressa uma proposição verdadeira, então ela não expressa uma proposição em absoluto. Podemos querer dizer que “A sentença ‘Vulcano existe’ expressa uma proposição falsa”, no entanto, quando se trata de sentenças de existência, negar que há proposição verdadeira é negar que haja proposição. Visto que o nome não possui referente e o predicado de existência está aqui se aplicando a nada. Podemos atribuir falsidade a sentenças de existência apenas se estendermos o sentido de “falso”. Assim, podemos dizer “a sentença ‘Sherlock Holmes está no Brasil’ expressa uma proposição falsa”. Para Sherlock Holmes está no Brasil é preciso que Sherlock Holmes exista (como entidade concreta). Se não há Sherlock Holmes, a sentença “Sherlock Holmes está no Brasil” não só não expressa proposição verdadeira, ela não expressa qualquer proposição. Pois a sentença “Sherlock Holmes existe” (como entidade concreta) não expressa qualquer proposição. Isto é, quando proferimos existenciais negativos não estamos negando que uma proposição seja verdadeira. Na verdade, queremos dizer que não há proposição para ser afirmada ou negada. Não há qualquer proposição. O que acontece é que ao estendermos o sentido de ‘falso’, concluímos que se “Vulcano existe” é falso, então “Vulcano não existe” é verdadeiro. Entretanto, não há proposição em absoluto para atribuirmos esse valor de verdade.

### **3.2 Salmon e os Problemas com o predicado de existência**

Nathan Salmon sustenta que o predicado de existência é problemático. Ele propõe que esse problema pode ser expresso através de um exercício de pensamento. Antes de sermos gerados, a combinação do material genético de milhões de espermatozoides e óvulos gera um número astronômico de possibilidades. Podemos imaginar uma suposta entidade que poderia constar como resultado de uma dessas combinações. No entanto, essa suposta entidade não foi

efetivada. Vamos chamar esse indivíduo possível de “Noman”. Aparentemente, a única diferença entre Noman e nós é que nós gozamos de atualidade, enquanto Noman é meramente possível. Ele não existe no mundo atual, mas existe em vários outros mundos possíveis. Entretanto, parece que há algo acerca de nós que nos torna mais importantes que Noman, naturalmente, o fato de sermos atuais e Noman ser meramente possível.

O que nos faz atuais? O fato de existirmos atualmente. Nesse sentido, a nossa questão muda. O que é preciso para algo existir? O que existe? Para propor algo, Salmon toma a resposta indicada por Quine, “Tudo”. Assim para algo existir é simplesmente preciso “Ser um de tudo”. Nesse sentido, se pudermos esclarecer nosso conceito de tudo, podemos explicar melhor nosso conceito de existência. Nosso conceito de tudo pode ser possibilista, nesse sentido “tudo” significa “tudo que é possível”. Ele pode também ser atualista, “tudo” significa “Tudo que é atual”. A noção possibilista não parece ser muito útil, nem todo objeto possível existe. Salmon sustenta que é razoável adotar um conceito de “tudo” atualista ou presentista. Entretanto, esse conceito de “tudo”, não torna claro o que é “Ser um de tudo”. Na medida em que não são especificadas condições necessárias e suficientes para “Ser um de tudo”.

Podemos examinar melhor a questão lidando com alguns argumentos contra a ideia de que existência é um predicado de indivíduos. Salmon aponta três teses contra essa ideia, das quais vamos examinar duas aqui<sup>30</sup>.

- (i): O verbo inglês ‘exist’ (e seus cognatos) representam, do ponto de vista da lógica, não um predicado de primeira ordem do inglês, mas um quantificador lógico;
- (ii) não há propriedade ou conceito de existência para indivíduos.<sup>31</sup> (Salmon, 1987, p. 62, tradução minha).

Ele defende que ambas as teses são, presumivelmente, falsas. No caso de (i), o predicado de existência sendo atribuído a indivíduos é completamente definível em termos lógicos através de quantificação e identidade. Dizer que algo existe é simplesmente dizer que ele é “idêntico a algo” ou, se preferir, que ele não é distinto de tudo. Assim, a atribuição de existência a indivíduos será representável logicamente da seguinte maneira:

$$(1) \forall x \exists y x=y$$

<sup>30</sup> A terceira tese é mais direcionada ao argumento ontológico para a existência de Deus. “It is illegitimate to invoke the term ‘exist’ or the alleged property or concept of existence in forming the concept of something or in specifying one of the necessary conditions in the definition of something – so that one cannot legitimately define something as the existent such- and-such, or as a such-and-such that exists” (SALMON, 1987, p. 62)

<sup>31</sup> (i): The English verb ‘exist’ (and its cognates) represents, from the point of view of logic, not a first-order predicate of English, but a logical quantifier; (ii) There is no property or concept of existence for individuals.

Dessa maneira, conseguimos esclarecer nossa questão do que é “Ser um de tudo”. Ser um de tudo é ser idêntico a algo. Assim o que é preciso para algo existir? Existir é ser idêntico com alguma coisa. Temos que atentar que há uma diferença sutil entre “Ser idêntico com algo” e “Ser idêntico com alguma coisa particular”. O segundo representa a relação que todo objeto possui consigo mesmo e com nenhum outro, a auto identidade. A primeira é a propriedade de ser idêntico a algo em geral. Apenas ela representa existência. “x existe” é o mesmo que “x não é distinto de tudo”. Bem, se “existe” pode ser definido como “Ser idêntico a algo”, então ele pode ser considerado um predicado de indivíduos. O que nos leva a concluir que a tese (ii) é falsa.

O fato do nosso predicado de existência ser verdadeiro de tudo não é um problema, apenas mostra que ele é exatamente o que procuramos.

Além disso, o fato de que sua extensão em qualquer modelo é exatamente o domínio de indivíduos naquele modelo confirma que ele é o próprio predicado que desejamos. Se qualquer indivíduo no domínio de qualquer modelo fosse deixado de fora da extensão do predicado, então qualquer que seja a propriedade ou conceito para a qual o predicado seria uma expressão, não seria uma expressão para a existência de indivíduos.<sup>32</sup> (Salmon, 1987, p. 63, tradução minha)

Se nosso intuito é lidar com um predicado de existência é natural que desejamos que ele se aplique a todo o nosso domínio de indivíduos. Sua suposta trivialidade se mostra falsa na medida em que decidimos aquilo que incluímos em nosso domínio. Podemos decidir incluir objetos meramente possíveis como Noman. Apenas nesses casos o nosso conceito de existência pode se revelar problemático, mas tudo indica que o problema não reside no próprio conceito de existência e sim naquilo que nos leva a admitir algo que supostamente não existe.

### 3.2.1 *Existenciais afirmativos e negativos*

O tipo de enunciados existenciais com os quais Salmon está mais preocupado são aqueles envolvendo indivíduos meramente possíveis como Noman indicado acima. Basicamente, ele lida com dois tipos de enunciados existenciais envolvendo esse gênero de objeto:

---

<sup>32</sup> furthermore, the fact that its extension in any model is just the domain of individuals in that model confirms that it is the very predicate we want. If any individual in the domain of any model were left out of predicate’s extension, then whatever property or concept the predicate would be an expression for, it would not be an expression for the existence of individuals.

(1) “Noman poderia ter existido”

(2) “Noman não existe”

A sentença (1) expressa uma proposição modal onde atribuímos existência a um indivíduo em algum mundo possível. A sentença (2) é o caso clássico de enunciado existencial negativo que temos explorado.

Começamos então pelo começo e vejamos como Salmon lida com (1). Ele defende uma posição anti Meinongiana, de que objetos como Noman embora não existam no mundo atual, poderiam ter existido em outros mundos possíveis. Além disso, atualmente Noman tem algumas propriedades como a propriedade de não existir e outras propriedades derivadas dessa. Como a propriedade de não ser teólogo ou não ser marceneiro, isto é, propriedades negativas em geral. Ele também possui propriedades positivas modais como a de que ele poderia ter existido e seus derivados. E por fim, algumas propriedades não modais e positivas como a de ser mencionado neste e no texto de Salmon e de ser denotado por “Noman” (essa última é discutida alguns parágrafos abaixo).

Uma consequência não muito boa decorrente de objetos não existentes instanciarem propriedades é que algumas das nossas regras da lógica padrão se mostrariam falaciosas. É o caso da instanciação universal (IU) e generalização existencial (GE). A primeira diz: “se tudo possui um F, então  $a$  possui F”. A segunda diz: “se  $a$  é F, então algo é F”. Elas se mostram falsas na medida em que, embora Noman possua propriedades, ele não existe. Salmon sugere uma leitura de IU e GE nos termos das lógicas livres, onde adicionamos uma cláusula de existência “ $a$  existe”. Ficaríamos assim com:

$(IU^L)$  se tudo possui F e  $a$  existe, então  $a$  possui F.

E com:

$(GE^L)$  se  $a$  é F e  $a$  existe, então algo é F.

Na medida em que adotamos essa leitura recuperamos a validade de IU e GE.

A segunda etapa para lidarmos com a sentença (1) é interpretar os quantificadores em termos possibilistas. Ficaríamos com:

$(IU^{LP})$  se tudo possui F e  $a$  poderia ter existido, então  $a$  é F.

E com:

(GE<sup>LP</sup>) Se  $a$  é  $F$  e  $a$  poderia ter existido, então poderia ter existido algo que é  $F$ .

Talvez uma forma de evitarmos adotar um sistema de lógica livre e manter IU e GE na forma padrão fosse definir que todas as nossas constantes individuais se referem a alguma entidade possível. Assim, poderíamos excluir a cláusula de existência. Entretanto, nem todos os nossos termos se referem a alguma entidade possível, como é o caso de “O quadrado redondo”. Não é claro como evitar os problemas envolvidos em (1) sem recorrer à lógica livre.

Passemos ao caso (2) “Noman não existe”. De fato, o nome “Noman” denota o indivíduo possível Noman. De acordo com Salmon (1987, p. 94), esse processo de nomeação poderia ser feito à maneira de Kripke. Podemos fixar a referência de Noman com a descrição definida “o indivíduo que poderia ter sido o resultado de E fecundar O da maneira apropriada” onde E e O são, respectivamente, um espermatozoide e um óvulo determinados. Assim, “Noman” denotaria rigidamente Noman. Em detrimento de Noman não existir no mundo atual, a sentença (2) expressa uma proposição verdadeira. O problema é que por expressar uma proposição verdadeira, devemos concluir que essa proposição não existe. Na sentença em questão, Noman ocorre como sujeito gramatical e estamos afirmando do objeto (*de re*) que ele não existe. Embora Noman não exista, ele poderia ter existido. Assim, qualquer sentença da forma sujeito predicado na qual Noman desempenhe o papel de sujeito gramatical apenas possivelmente expressará uma proposição. *Ergo*, toda sentença da forma sujeito predicado em que Noman ocorra como constituinte da sentença não expressará atualmente uma proposição.

De fato, algumas proposições meramente possíveis são verdadeiras a despeito do fato de que elas não existem, por exemplo, a proposição singular possível acerca de Noman de que ele não existe, e suas implicações. Na verdade, para qualquer indivíduo possível  $x$ , a proposição singular possível por efeito da qual  $x$  não existe é necessariamente tal que se ela é verdadeira, ela não existe. Sua verdade implica sua não-existência.<sup>33</sup> (Salmon, 1987, p. 95, tradução minha)

Esse tipo de solução é muito parecida com a que foi proposta por Kripke, que examinamos na primeira parte desse capítulo. Assim como no caso de Kripke não parece ser uma resposta satisfatória. Embora se reconheça a suposta verdade de sentenças como (2), negar que ela

---

<sup>33</sup> In fact, some merely possible propositions are true despite the fact that they do not exist, for example, the possible singular proposition about Noman that he does not exist, and its entailments. Indeed, for any possible individual  $x$ , the possible singular proposition to the effect that  $x$  does not exist is necessarily such that if it is true, it does not exist. Its truth entails its nonexistence.

expressa uma proposição ou dizer que essa proposição não existe não parece ser um resultado que satisfaça a compreensão de (2) em comparação com o nível gramatical e de acordo com as nossas intuições. Certamente podemos nos enganar acerca de uma intuição e presumivelmente o nível gramatical de uma sentença pode não ser claro o suficiente para expor sua forma lógica. O problema é que não há argumento ou indício forte contra nossa intuição de que (2) expressa uma proposição e essa proposição é verdadeira.

Por fim gostaria de destacar uma tese de Salmon (1987, p. 97) que na minha visão justifica ainda mais a escolha por um predicado de existência de primeira ordem. A tese de que predicação antecede existência. Como vimos no capítulo anterior, a defesa de um predicado de existência de segunda ordem é basicamente a ideia de que existir é instanciar alguma propriedade de primeira ordem. Isto é, Moisés existe porque ele instancia alguma propriedade de primeira ordem, por exemplo, a propriedade de ser o homem que liderou os israelitas na saída do Egito. Vimos também que Meinong defende o contrário, que algo pode instanciar propriedades mesmo sem existir. Todavia, a posição de Meinong envolve a aceitação de um comprometimento ontológico exagerado. Podemos agora, seguindo Salmon, defender que existência não é um pré-requisito para instanciar propriedades, sem nos envolvermos em compromissos ontológicos meinongianos. Objetos existentes, objetos meramente possíveis, e mesmo objetos impossíveis não apenas possuem propriedades, eles têm que possuir propriedades. A predicação é algo que nenhum objeto pode evitar.

No próximo capítulo essa tese de Salmon será retomada. Pretendo combiná-la com outras suposições para tentar explicar o caso dos nomes vácuos. Agora importa apenas dizer que ela possui algo de problemático que não devo assumir. Parece haver uma confusão entre predicação e instanciação de propriedades. O último parece envolver compromisso ontológico, pois se  $x$  instancia a propriedade  $F$ , então  $x$  é uma instância de  $F$ . Entretanto, a noção de predicação não parece envolver quaisquer compromissos ontológicos. Predicação pertence ao nível da linguagem, podemos predicar de qualquer objeto e não estaremos envolvidos em compromissos de qualquer grau ontológico. Assim, se quisermos permanecer isentos de compromissos ontológicos devemos permanecer no nível da linguagem e sustentar que predicação (e não instanciação de propriedades) antecede existência. Devemos fazer assim se nossa tese pretende vislumbrar uma posição anti-meinongiana. Todo gênero de objetos putativos são predicáveis, embora objetos não-existentes não instanciem propriedades.

### 3.3 Crítica a Kripke e Salmon

As posições de Kripke e Salmon estão concentradas principalmente em resolver o problema semântico dos existenciais singulares. Isto é, elas buscam tornar consistente o predicado de existência de primeira ordem. Nesse que parece ser o foco principal de suas teorias há uma falha crucial. Ambos não reconhecem que existenciais singulares negativos expressem proposições. Essa consequência em comum decorre de uma perspectiva em comum. Kripke e Salmon parecem pressupor que toda proposição com a ocorrência de um sujeito gramatical assume a existência desse sujeito. Se uma sentença possui um sujeito gramatical não-existente, então ela não expressa uma proposição.

O próprio Kripke (2013, p. 159-160) admite que sua tese seja um tanto confusa. Me parece que ela é mais do que confusa. De fato, pelo menos três problemas podem brevemente serem apontados. Primeiro, ela não resgata nossa intuição de que os enunciados existenciais negativos ((4), (5) e (6)) são verdadeiros. Isso pode não se mostrar realmente problemático, visto que nossas intuições podem falhar. No entanto, uma perspectiva que nega as intuições deve, no mínimo, apontar porque nossas intuições falham nesse caso. A resposta de Kripke para essa questão não parece satisfatória. Outro problema é com a atribuição de valores de verdade a existenciais negativos. Se não há proposição para ser verdadeira ou falsa, então não poderíamos atribuir um valor de verdade a (4), (5) ou (6). Isso é problemático no âmbito de uma lógica bivalente, visto que elas são formulas bem formadas e deveriam receber algum valor de verdade. Por último, sustentar que sentenças de existência não expressam proposição quando não são verdadeiras gera o problema de todas as proposições de existência serem verdadeiras. Se não há proposição falsa de existência, então toda proposição de existência é verdadeira (naturalmente, assumindo a clássica lei do terceiro excluído).

Naturalmente, as visões de Kripke e Salmon se seguem de uma visão millianista no caso de nomes próprios. Se nomes próprios são expressões linguísticas puramente denotativas, então a ocorrência de um nome não denotativo acaba por não poder gerar proposições. Isso é mais explícito em Kripke do que em Salmon. Parece-me que essa perspectiva está errada. Podemos adotar uma posição millianista e não chegar a essa mesma conclusão.

Acredito que a maneira apropriada de fazer isso é desassociar denotação de pressuposição de existência. Como vimos, não precisamos reconhecer 'existência' como único grau ontológico. É possível seguir Meinong e reconhecer 'subsistência' como grau ontológico. Denotação não implica pressuposição de existência. Outra saída, a que irei adotar

no próximo capítulo, é realizar a análise de uma maneira que o status ontológico dos objetos não seja fundamental para a sentença expressar uma proposição. Se pudermos compreender as sentenças como meramente predicativas, então o status ontológico não será tão relevante para nossa análise. O apelo inicial por um predicado de existência de primeira ordem é parcialmente perdido se ele não é intuitivo. Então, o esforço para desenvolver essa perspectiva será para fortalecer a noção de existência.

### 3.4 A definição de existência de Branquinho

A concepção de Branquinho (2012) advoga a favor de um conceito de existência de primeira ordem que possa concebivelmente ser verdadeiro de tudo e falso de nada. Ele sustenta que devemos no caso de enunciados de existência preservar em grande parte aquilo que a sentença é no seu nível gramatical. A saber: (i) que o sujeito gramatical no início da sentença “Moisés existe” é também um sujeito lógico no âmbito formal e que (ii) o predicado gramatical de existência atribuído a Moisés, se refere a Moisés também no seu nível formal. Exploramos o segundo aspecto.

O autor defende basicamente três teses acerca do predicado de existência: (i) que se trata de um predicado parcialmente definível em termos do quantificador existencial. (ii) se trata de um predicado genuinamente de primeira ordem. (iii) Não há diferença entre Ser e existir. As duas primeiras teses contrariam a posição russelliana e a última contraria a posição meinongiana<sup>34</sup> (ambas examinadas no capítulo anterior).

A união dessas teses deve invocar a posição que apontamos acima de ser verdadeiro de tudo e falso de nada. No caso da tese (i) é preferível seguir por uma definição parcial em termos do quantificador existencial porque poderemos fazer uso de uma noção lógica presumivelmente clara, embora outras noções nos auxiliem para complementar nossa definição. A definição apenas parcial tem o intuito de não classificar nosso predicado de existência em termos de um predicado de ordem superior, o que permite defender (ii). A tese (ii) é a de maior importância para essa pesquisa, a defesa de que existência é um predicado de primeira ordem. Espera-se que a tese (i) possa amparar a tese (ii) no âmbito da lógica. Por fim, a tese (iii) é mais uma espécie de bloqueador da tese Meinongiana de que o domínio do Ser é mais amplo que o domínio do que existe. Mais diretamente, trata-se da tese Meinongiana de que há objetos que não existem. A tese (iii) afirma então que Ser e existência

---

<sup>34</sup> Naturalmente, a tese (iii) anti-meinongiana é acomodada pela perspectiva de Russell.

possuem o mesmo domínio de entidades, não há diferença significativa em dizer que “há algo” e “existe algo”.

A tese (i) é mais diretamente rejeitada por Russell e Quine, como vimos eles consideram que o quantificador existencial expressa completamente nossa concepção de existência. Quem também nega essa tese é Meinong. No caso de Meinong, quantificação e existência devem possuir domínio distintos, situação na qual não podemos usar a primeira para expressar a segunda.

A justificacão de Branquinho para a tese (i) parece ser fortemente influenciada pela perspectiva de Salmon que vimos há alguns parágrafos atrás. Ele busca mostrar que podemos definir um predicado de existência **E** através do quantificador existencial e identidade. Esse nosso predicado deve poder satisfazer a condiçã de se aplicar a tudo que pertence ao nosso domínio. A ideia básica é que existir pode ser identificado com “ser idêntico a algo”. Nesse sentido, ficamos com a seguinte formulação lógica:

**Ex:** def.  $\exists y x = y$

Temos um predicado de existência que é definido em termos de quantificação e identidade. Parece então que conseguimos representar adequadamente nosso conceito gramatical de existência em termos lógicos claros. Existir é ser idêntico a algo, é pertencer ao domínio da quantificação. Reforçamos, nesse sentido, a tese (ii) de que existência é um predicado de primeira ordem, um predicado de indivíduos. Não se pode negar que esse predicado é, por definiçã, um predicado tautológico e consequentemente um predicado trivial. Branquinho (2012, p. 585-586) argumenta que essa trivialidade é de pouca importância na medida em que cabe a nós decidirmos o que incluímos no nosso domínio.

Portanto, enunciados afirmativos existenciais (“a existe”) receberiam a seguinte formalizaçã lógica:

(1)  $Ea$  equivale a  $\exists y a = y$

Enquanto os enunciados existenciais negativos (“a não existe”) receberiam a formalizaçã análoga:

(2)  $\neg Ea$  equivale a  $\neg \exists y a = y$

O que é inteiramente intrigante é que Branquinho (2012, p. 587) segue essa formalizaçã sem dar mais detalhes. Na verdade, ele segue o desenvolvimento de seu texto para falar acerca de enunciados de existência geral, onde ele acredita que deve-se ser mais cuidadoso. Mas existem problemas com essa formalizaçã, alguns deles vimos acima quando discutíamos a posiçã de Kripke. O principal problema é que na lógica de predicados padrão

todas as nossas constantes individuais devem denotar algo no nosso domínio. Assim, a sentença (1) é uma verdade lógica. Não é de todo claro como Branquinho poderia justificar algo desse tipo, mesmo defendendo um predicado de existência tautológico. Bem, mesmo que concedamos a ele que é aceitável afirmar que (1) é uma verdade lógica, ele ainda precisa lidar com o caso negativo. A sentença (2) expressaria uma contradição lógica. Se a constante individual ‘a’ deve denotar algo no nosso domínio, então não deveríamos poder afirmar que “a não existe”.

O que quero dizer é que por mais que Branquinho formule um conceito de existência de primeira ordem definido em termos de quantificação e identidade e justifique o aspecto tautológico desse conceito, ele ainda tem de lidar com existenciais negativos. Visto que esses enunciados existenciais negativos produzem contradição lógica, enquanto no nível gramatical parecem expressar proposições verdadeiras<sup>35</sup>.

Acredito que para sair desse impasse devemos adotar algum sistema livre de pressuposições existenciais, nesse sistema poderemos tanto afirmar quanto negar a existência de algo sem nos comprometermos com ele previamente. Parece que avançar na definição de um conceito de existência de primeira ordem é útil para entender enunciados existenciais. De alguma maneira, somos agora capazes de entender enunciados existenciais como enunciados de primeira ordem. Entretanto, isso não é o suficiente para nos livrarmos dos problemas que esses enunciados levantam. É exatamente porque agora podemos finalmente classificá-los como enunciados de primeira ordem, que podemos voltar nossa atenção para a expressão (constante individual) que representa o sujeito lógico do nosso enunciado. Devemos agora nos concentrar em evitar pressuposições existenciais relativamente as nossas constantes individuais (representantes dos nomes próprios). Talvez dessa maneira possamos dissipar os problemas que temos apontado aqui.

---

<sup>35</sup>Algo que pode ser levado em consideração é que Branquinho poderia mesmo acatar essa consequência, mas ele precisa nos dizer por que acatou e porque deveríamos tomar uma posição semelhante. Assim, como no caso de Kripke e Salmon (acima) temos uma justificação para dizer que existenciais negativos não expressam qualquer proposição. Embora essas justificativas não me pareçam suficientes, temos pelo menos uma justificativa.

#### 4 LÓGICA LIVRE APLICADA A ENUNCIADOS EXISTENCIAIS

Estivemos ocupados até aqui com problemas atrelados aos enunciados existenciais. Nossa principal estratégia para resolver esses problemas foi elucidar e tornar consistente um conceito de existência de primeira ordem. Também mostramos a viabilidade desse conceito no âmbito da lógica de predicados padrão. Como vimos essa estratégia ajuda-nos a entender melhor essa classe de enunciados do ponto de vista semântico. Entretanto, é questionável sua eficácia do ponto de vista da forma lógica e suas implicações. Ainda resta o problema de essas sentenças produzirem verdades lógicas (no caso de existenciais afirmativos) e contradições (no caso de existenciais negativos). Restam alguns problemas que não podemos ignorar.

Ao que parece, algo deve ser dito acerca dos termos denotativos que compõem as sentenças, em geral, nomes próprios. Nesse sentido, ao longo desse capítulo vamos examinar uma estratégia que acredito ser eficaz no tratamento do nosso problema dos enunciados existenciais. Vamos explorar uma perspectiva que busca acomodar a existência de termos denotativos vazios no âmbito da lógica clássica de predicados. Essa posição que iremos analisar é desenvolvida por Hintikka e pode ser denominada “lógica livre de pressuposições existenciais”, ou simplesmente “lógica livre”.

Nessa estratégia é proposta a revisão de uma inferência lógica: a generalização existencial (se  $x$  possui  $F$ , então existe algo que possui  $F$ ). A ideia é que nosso sistema de lógica possa conter constantes individuais vazias, isto é, constantes individuais que não denotam um objeto no espaço lógico. Veremos que esse passo, junto com a definição de um conceito de existência de primeira ordem, é suficiente para eliminar os problemas com enunciados existenciais. Por último, mas não menos importante, defenderemos, seguindo Hintikka, que essa estratégia não representa o desenvolvimento de uma lógica alternativa. Nossa revisão é capaz de acomodar a tese de Quine de que “Ser é ser o valor de uma variável [ligada]”.

Depois de apresentarmos o projeto de Hintikka, vamos tentar desenvolver uma imagem semelhante para o uso de nomes próprios na linguagem ordinária. Basicamente, nossa proposta será baseada em duas teses: (i) nomes próprios precisam denotar algum objeto para serem completos (realizarem sua função adequadamente) e (ii) a noção de objeto não envolve existência, objetos que não existem estão sujeitos à predicação. O que segue dessas duas teses é: objetos que não existem podem ser genuinamente nomeados. Dessa maneira,

negamos o critério comumente aceito, de que nomes próprios devem denotar um objeto existente.

#### 4.1 Hintikka e o problema dos nomes vazios

No início desse trabalho vimos que existem nomes próprios que falham em denotar. Nomes como “Pégaso”, “Hamlet”, “Vulcano”, “Noman”, entre outros<sup>36</sup>. Esse conjunto de nomes geram problemas, na medida em que falham naquilo que parece ser a função básica dos nomes, denotar um objeto. Todavia, de alguma maneira, o status de nome atribuído a essas expressões parece se sustentar. “Noman” se refere a uma pessoa meramente possível. “Hamlet” se refere a uma pessoa fictícia. “Vulcano” se refere a um planeta que acreditou-se (erroneamente) perturbar a órbita de Mercúrio. Não parece plausível negar sua qualidade de nomes simplesmente porque eles não possuem um portador (existente).

O principal problema está realmente associado ao fato do objeto da denotação desses nomes não existir. O que podemos identificar como uma questão de pressuposição existencial. Presumivelmente, invocamos uma cláusula de existência para o objeto da denotação de um nome. O nome só denota um objeto, se esse objeto existe. O que pode ser expresso pelo condicional: se ‘a’ denota O, então O existe. A contraposição nesse caso também se sustentaria: se O não existe, então ‘a’ não denota O. Logo, os nomes próprios *precisam* denotar algo que existe.

Bem, se não basta para o nome possuir um portador, mas antes esse portador *deve* existir, então nomes vazios não são genuinamente nomes. Entretanto, o que determina que essa cláusula de existência deva ser obedecida? Porque deve um nome não apenas denotar, mas denotar um objeto existente? A relação de denotar parece envolver dois *relata*, o nome e seu portador. Se o portador não existe, então não há uma relação de nomear real, há apenas uma relação ilusória. Assim, o falante pode acreditar se referir a O por meio de “N”, mas se O não existe, então essa relação é meramente uma crença do falante que não ocorre na realidade. Essa maneira de entender a relação de nomear se aproxima do modo como comumente é entendida a relação de ver. Se alguém acredita ver um objeto que não existe, não dizemos que ele realmente vê o objeto, mas antes, que se trata de uma ilusão.

---

<sup>36</sup> Poderíamos inserir nessa conta nomes como Dom Pedro I, Kant, Moisés, Sócrates, entre outros. Nomes cujos portadores não existem mais, embora já tenham existido. Entretanto, não nos interessa lidar com esses fatores temporais. Afinal de contas, se o nome “Dom Pedro I” se referiu a um indivíduo, ele continuará se referindo a *ele* mesmo depois de ele morrer. A não ser que algo a respeito da ligação do nome ao objeto se mostre problemático (ver o caso de “Madagascar” em Kripke (1980, p. 161)), mas isso foge da maneira habitual em que usamos nomes para se referir a pessoas que não existem mais.

O que se pode dizer a esse respeito é que essa divisão entre realidade e fantasia perde sua força quando introduzida a noção de mundos possíveis. Embora Noman não exista atualmente, podemos estipular um mundo meramente possível em que ele existe. Aqui “existe” não atende ao critério discutido, pois esse critério parece exigir que o objeto da denotação exista atualmente. Ademais, ainda há a questão da motivação semântica para defendermos que a referência dos nomes vazios seja ilusória ou “de faz de conta”. Não há motivação semântica para pensar que no caso dos nomes vazios a denotação seja dessa maneira. Quem afirma que “Vulcano não existe” não parece estar expressando uma relação ilusória de denotar ou mesmo fazendo de conta que se refere (SALLES, 2016, p. 190).

Podemos também entender melhor essa exigência da existência da referência, no contexto da lógica clássica. Na lógica de predicados, todas as nossas constantes individuais devem denotar um objeto no espaço lógico. Isto é, podemos submeter sentenças nas quais elas ocorrem à generalização existencial (GE). Se ‘a’ é F, então existe algo que é F. Em um sistema de lógica essas exigências não parecem, à primeira vista, gerar qualquer problema. Podemos sempre ter o cuidado de garantir que todos os nossos termos denotem algo no espaço lógico. Entretanto, quando nos voltamos para a linguagem ordinária, vemos que nossas expressões que supostamente são nomes não cumprem sempre esse papel satisfatoriamente (como os apontados no início dessa seção).

Dessa maneira, algumas expressões que tomamos por nomes próprios, não cumprem o papel fundamental de um nome próprio, denotar um objeto determinado existente. Um caso interessante pode ilustrar isso melhor. Suponha que todos os dias, altas horas da noite, uma pessoa pilotando uma motocicleta faz questão de fazer um baralho ensurdecido acelerando a motocicleta na minha rua. Conversando com um amigo, relato minha insatisfação com tais ocorridos, dizendo: “O homem que faz barulho com a motocicleta me irrita muito”. Meu amigo me confia que esse homem se chama “João”. Concluo nossa conversa, dizendo: “João me irrita muito”. Naturalmente, eu nunca vi essa pessoa, nem mesmo sei se é sempre a mesma pessoa, podem ser várias pessoas. Numa tal situação, não seria sensato dizer que “João” abrevia uma descrição definida, pois se se tratar de mais de uma pessoa não poderemos dizer que a descrição é definida. Nesse caso, o nome desempenha na verdade o papel de pseudônimo.

Independentemente da variação presente em cada caso, usamos essas expressões com intuito de nomear. Não temos um conjunto bem determinado do que tem de ser ou não usado como um nome próprio. Algumas expressões parecem ser nomes próprios, mas em determinado uso podem desempenhar um papel diferente (como o caso de “João”, acima).

Outras expressões podem não parecer nomes à primeira vista, mas podem vir a desempenhar um papel que nos leve a incluí-las entre os nomes próprios<sup>37</sup>. Se acharmos uma classificação mais ampla de nomes próprios, que inclua esses e outros tipos de nomes, ela será preferível, pelo menos na medida em que desejamos preservar nossa linguagem ordinária em nossa semântica e em nossa lógica. Devemos de alguma maneira acomodar essas expressões na nossa teoria geral dos nomes e na nossa lógica corrente.

Como vimos, a estratégia de Russell é eliminar todos os nomes próprios ordinários substituindo-os por descrições definidas. E posteriormente eliminar as descrições em termos de variáveis individuais ligadas. Hintikka propõe negar o primeiro passo de Russell e buscar acomodar os nomes sem denotação na lógica de predicados padrão. Para fazer isso, ele sugere explorar a regra GE da nossa lógica e mostrar como modificá-la nos permitirá acomodar termos sem denotação. No que se segue veremos como esse processo é desenvolvido e como ele pode nos ajudar a explicar os enunciados existenciais e a ideia de que existência é um predicado de primeira ordem.

#### 4.1.1 *Lógica de predicados e os termos vazios*

O ponto que vamos lidar aqui é explorado por Hintikka (1959) e envolve especificamente uma parte da lógica de predicados, a teoria da quantificação. De acordo com a teoria da quantificação, podemos distinguir entre variáveis livres e variáveis ligadas. Basicamente, uma variável é considerada ligada quando um quantificador é aplicado a ela, e é considerada livre no caso contrário. Em algumas circunstâncias, uma inferência lógica, como a instanciação universal, nos possibilita substituir uma variável por uma constante individual. Nessas ocasiões, está pressuposto que a constante denota algum objeto no espaço lógico. Da mesma forma, na teoria da quantificação, quando recorremos à generalização existencial

---

<sup>37</sup> Aqui estou me dirigindo especialmente aos nomes vácuos, pois eles falhariam em atender ao critério crucial para um nome próprio, denotar. Veremos que eles não deixam de atender esse critério, apenas não denotam objetos existentes. Entretanto, há outro conjunto de expressões que podem ser classificadas como nomes próprios (embora eu prefira defender o contrário) e que ilustram melhor esse ponto. Tratam-se das descrições definidas que selecionam objetos que não a satisfazem unicamente, mas apenas dentro do contexto de uso. Descrições como: “O homem com a taça de champanhe”, “A estrela da manhã”, “O sacro império romano”, “A cobra de duas cabeças”, “O lêmure voador”, “As nações unidas”, etc., a razão pela qual essas descrições definidas não funcionam da maneira habitual é que seu *denotatum* não satisfaz as propriedades que elas indicam. “A cobra de duas cabeças” possui como *denotatum* um objeto que nem é cobra nem tem duas cabeças, o *sacro império romano* nem era sagrado, nem império, nem romano. Assim, essas expressões podem ser classificadas como nomes próprios, pois não dependem exatamente do conteúdo descritivo para denotar. Uma maneira de evitar isso é adotar a distinção de Donnellan entre um uso atributivo e um uso referencial de uma descrição definida (DONNELLAN, 2012). De qualquer maneira, é certo que não podemos selecionar *tokens* que sejam irrestritamente nomes próprios. Nosso uso das expressões pode determinar sua classificação.

(GE), passamos de uma sentença que declara que o objeto  $c$  é assim e assim para uma sentença que declara que existe algo que é assim e assim. Ou seja, fazemos uma operação que também pressupõe que a constante denota algum objeto no espaço lógico. O problema é que a contraparte das constantes individuais na linguagem natural, os nomes próprios, não obedecem à mesma regra, pois alguns deles podem ser referencialmente vazios. Portanto, esses nomes não podem ser submetidos a GE. Tome-se o seguinte exemplo:

P: Moby Dick é uma baleia

GE de P: Algo é uma baleia

O problema é que Moby Dick não designa algo existente, então, mesmo que P seja verdadeira, não podemos concluir que a GE de P seja verdadeira. Na verdade, acreditamos que a GE de P é falsa. Isso ocorre porque não exigimos compromisso existencial para afirmar que P é verdadeira, enquanto no caso da GE de P o compromisso existencial é fundamental. Vejamos como se apresenta o sistema tradicional da teoria da quantificação:

(1) fórmulas que são tautologicamente equivalentes pelo cálculo proposicional são equivalentes desde que contenham ocorrências de exatamente as mesmas variáveis livres, e assim expressões são obtidas delas pela substituição de uma ou mais variáveis individuais livres por variáveis ligadas.

(2) (a)  $f(y/x) \rightarrow (\exists x)f$ .

(2) (b)  $f(a/x) \rightarrow (\exists x)f$ .

(3) If  $g$  does not contain  $x$ , then  $(\exists x)(f \wedge g) \leftrightarrow ((\exists x)f \wedge g)$ .

(4) (a) se  $x$  ocorre em  $f$ ,  $f \rightarrow x = x$ .

(4) (b) se  $a$  ocorre em  $f$ ,  $f \rightarrow a = a$ .

(5) (a)  $x = y \wedge f(y/x) \rightarrow f$ .

(5) (b)  $x = a \wedge f(a/x) \rightarrow f$ .

(5) (c)  $a = b \wedge f(b/a) \rightarrow f$ <sup>38</sup>. (Hintikka, 1959, p. 129-130).

<sup>38</sup> Alguns esclarecimentos a respeito do formalismo de Hintikka:  $f$  é uma fórmula qualquer,  $f(y/x)$  é o resultado da substituição de  $y$  por  $x$  em  $f$ . O mesmo ocorre para variáveis livres  $f(a/x)$  é o resultado da substituição de  $a$  por  $x$  em  $f$ . Dizer que  $g$  (uma fórmula qualquer) não contém  $x$  é o mesmo que dizer que  $g$  está fora do escopo da quantificação existencial aplicada a  $x$  ( $\exists x$ ).

Desse sistema de regras, Hintikka deseja contestar apenas a regra (2) (b). Essa regra afirma que em uma fórmula qualquer  $f$ , se substituirmos todas as ocorrências de  $a$  por  $x$ , ( $f(a/x)$ , no simbolismo de Hintikka) então podemos aplicar o quantificador existencial a  $f$  ( $\exists x f$ , no simbolismo de Hintikka). Isso pode ser entendido das duas maneiras seguintes. Primeiro, ao atribuirmos uma propriedade nos comprometemos que o que instancia a propriedade existe. Segundo, dado um termo ‘ $t$ ’ nas nossas constantes, ‘ $t$ ’ se refere a algum objeto do nosso domínio. Temos razões para acreditar que essa inferência não se segue. No primeiro caso, vimos no capítulo anterior que Salmon mostra que a predicação precede a existência. Alguns objetos não possuem existência, mas nenhum objeto é capaz de não possuir predicação. Concentremo-nos no segundo caso.

Naturalmente, sabemos que temos termos (supostamente) denotativos na nossa linguagem natural que não denotam uma entidade (no sentido estrito de entidade existente, seja concreta, seja abstrata). Entretanto, a princípio, vamos nos direcionar apenas para o contexto lógico. Do ponto de vista lógico, porque não assumimos termos denotativos vazios? Bom, basicamente, se assumirmos constantes individuais que não denotam nenhum objeto, então nossa regra (2) (b) falha. Aqui, segundo Hintikka, podemos tomar dois caminhos: (i) negamos a qualidade de nomes aos nomes vazios, os substituímos por descrições e eliminamos as descrições em termos de variáveis ligadas (o caminho russelliano). (ii) negamos a regra (2) (b). Hintikka (1959, p.131) defende que o conservadorismo leva-nos a adotar a primeira opção, que é a teoria de Russell. Entretanto, para adotarmos a primeira opção, precisamos explorar a segunda opção e determinar porque ela não deve ser adotada.

Todavia, Hintikka não deseja abandonar a lógica clássica nem a teoria da quantificação. Nesse sentido, ele pretende preservar as demais regras (1)-(5). Há uma tese que deve ser mantida, a tese de Quine, que a partir de agora chamaremos “TQ”: “Ser é ser o valor de uma variável [ligada]”. Assim, o percurso envolve modificar a teoria da quantificação, especificamente a respeito da regra (2) (b). Com isso, pretende-se mostrar que TQ é independente da teoria de Russell. Através desse processo estaremos aproximando nosso sistema de lógica da nossa linguagem natural. Bom, essa mudança não é sem peso, temos que admitir termos vazios enquanto mantemos nosso compromisso existencial relativamente a nossas variáveis ligadas. A mudança afeta apenas o tratamento das variáveis livres, a lógica permanece a mesma quanto as variáveis ligadas.

Aquilo que nos leva a associar a teoria de Russell à TQ envolve exatamente pressuposições existenciais. O ponto de partida para TQ pode ser definido da seguinte maneira: “A existência de uma entidade a qual o termo ‘ $t$ ’ se refere é uma condição necessária

e suficiente para o sucesso da generalização existencial aplicada a ‘t’ (Hintikka, 1959, p. 130). Assim, essa pressuposição existencial para que GE possa ser aplicada a nomes nos leva a pensar que devemos seguir à risca a teoria de Russell. Entretanto, como temos visto, a teoria de Russell não corresponde adequadamente a nossa linguagem ordinária. Poder-se-ia associar essa “falha” da teoria de Russell, não como um problema da própria teoria, mas sim como um problema de imprecisão da nossa linguagem. Assim, a teoria faz o que é possível fazer, já que essa imprecisão impede uma análise lógica integral. Bom, isso pode representar uma defesa plausível. Entretanto, antes devemos explorar (ii) e descobrir se modificando a teoria da quantificação podemos encontrar alternativas que melhor representem a linguagem natural.

Algo que poderia levar a evitar modificar a teoria da quantificação padrão é o receio de não encontrar um sistema que goze da mesma simplicidade. Se eliminarmos uma das regras, então teremos que adicionar regras para suprir a necessidade antes fornecida por (2) (b). Logo, é melhor ficar com o sistema que temos a fim de manter a simplicidade do nosso sistema. Hintikka insiste que eliminando (2) (b) podemos manter as demais regras (1)-(5). Deveríamos então tratar as variáveis livres apenas como “marcadores para termos singulares cujo comportamento lógico elas exibem” (Hintikka, 1959, p. 132). Ou seja, poderemos usar as variáveis livres para articular proposições, mesmo que essas proposições não sejam sobre coisas existentes. O comportamento das constantes seria semelhante. Não deveríamos pressupor que uma constante  $a$  refere um objeto existente, mas que apenas é usada para articular uma proposição. Quando quisermos falar sobre existentes, poderemos completar o que dissemos com o auxílio de alguma proposição contingente, alguma contraparte lógica para “ $a$  existe”.

Segundo Hintikka, a primeira coisa a se fazer é analisar o comportamento de (2) (b) em domínios vazios. Quando lidamos com domínios vazios devemos seguir as regras padrões da tabela de verdade para todos os conectivos lógicos. Isto é, a conjunção é verdadeira se todos os conjuntos o são, a disjunção é verdadeira se ao menos um dos disjuntos o é, e assim por diante. Em adição, assumimos todas as fórmulas universalmente quantificadas como verdadeiras e todas as fórmulas existencialmente quantificadas como falsas. Por último, suponhamos que todas as fórmulas atômicas e sentenças de identidade unicamente com ocorrências de variáveis livres são verdadeiras. Como sentenças existenciais falsas seriam derivadas de sentenças verdadeiras por meio de GE, podemos ver que todas as regras (1)-(5) permanecem intactas enquanto (2) (b) falha. Isso demonstra que (2) (b) é independente das regras (1)-(5).

Dessa maneira podemos concluir que um sistema que omita (2) (b) será mais fraco, no sentido de que acomoda mais casos, pois exige menos compromissos. Podemos formular uma teoria da quantificação sem as pressuposições existenciais exigidas por (2) (b). Se isso é realmente viável, então poderemos acomodar uma série de casos que a teoria da quantificação tradicional não nos permitia. Hintikka pretende acomodar a existência de termos denotativos vazios. No nosso caso, vamos tentar acomodar os enunciados existenciais (afirmativos ou negativos) como enunciados de existência de primeira ordem.

#### 4.1.2 *Lógica livre de pressuposições*

Para lidar com a exclusão de (2) (b), devemos inserir uma contraparte lógica da sentença “a existe”. Essa sentença pode ser representada na lógica pela fórmula  $(\exists x)(x = a)$ . Dessa maneira, inserimos nossa condição de existência sempre que ‘a’ denota algum objeto existente e a omitimos sempre que ‘a’ não denota um objeto existente.

Hintikka propõe um novo sistema, onde excluimos (2) (b). O objetivo de Hintikka é mostrar que podemos expressar TQ de maneira adequada nesse novo sistema. Isso consiste em mostrar que a fórmula  $(\exists x)(x = a)$  garante a generalização existencial. Isto é, que ‘a’ comporta-se como um nome completo, um nome que denota um objeto existente.

Vamos ver então como essa prova é desenvolvida. Aquilo que Hintikka pretende provar pode ser expresso por:

$$(6) \quad “(\exists x)(x = a) \wedge f(a/x) \rightarrow (\exists x)f”.$$

Essa fórmula consiste numa conjunção onde temos do lado direito uma réplica da fórmula 2 (b) e do lado esquerdo a contraparte lógica para “a existe”. O lado esquerdo da conjunção garante a generalização existencial, algo que 2 (b) não era capaz de garantir. Para provar essa fórmula é preciso provar outras fórmulas anteriores. Começando por:

$$(7) \quad \text{se } y \text{ não ocorre em } f, \exists y f(y/x) \rightarrow (\exists x)f.$$

A prova de (7) é como se segue:

$$\exists y f(y/x) \quad (\text{por hipótese})$$

$$(\exists y)(f(y/x) \wedge (\exists x)f) \quad (\text{por (2) (a)})$$

$$(\exists y) f(y/x) \wedge (\exists x) f \quad (\text{por (3)})$$

A partir disso podemos provar (8):

$$(8) \quad (\exists x) (g \wedge f) \rightarrow (\exists x) f.$$

$$(\exists x) (g \wedge f) \quad (\text{por hipótese})$$

$$(\exists x) (g \wedge f \wedge (\exists y) f(y/x)) \quad (\text{por (2) (a)})$$

$$\exists y f(y/x) \quad (\text{por (3) e (1)})$$

$$(\exists x) f \quad (\text{por (7)})$$

Agora sim é possível provar (6):

$$(\exists x) (x = a) \wedge f(a/x) \quad (\text{por hipótese})$$

$$(\exists x) (x = a \wedge f(a/x)) \quad (\text{por (3)})$$

$$(\exists x) (x = a \wedge f(a/x) \text{ e } f) \quad (\text{por (5) (b)})$$

$$(\exists x) f \quad (\text{por (8)})^{39}$$

Dessa maneira, podemos entender TQ como análoga da nossa condição de existência “ $(\exists x) (x = a)$ ”. A condição para ‘a’ denotar, ou melhor, para  $a$  ser ou existir é ser idêntico ao valor de alguma variável ligada. De certa maneira, com esse sistema de lógica podemos aproximar TQ da nossa definição de existência vislumbrada no capítulo anterior. Existir é ser idêntico a alguma coisa, existir é ser um de tudo. Podemos, da mesma maneira, esclarecer nosso conceito de tudo. Antes, com pressuposições existenciais, nosso conceito de tudo representava todos os objetos que existem. Essa característica de fato não muda nesse novo sistema. Não se admitem objetos que não existem como componentes do nosso domínio. O que muda é que nossos termos podem agora não denotar realmente objetos do nosso domínio. Conseqüentemente, não nos envolvemos em complicações ao lidarmos com as sentenças “ $a$  existe” e “ $a$  não existe”. Suas formalizações são, respectivamente:

$$(1) (\exists x) (x = a)$$

---

<sup>39</sup> Nesse sistema decidimos omitir uma das fórmulas que Hintikka inclui na série de provas. A regra para provar a transitividade da implicação material (simbolizado por “ $\rightarrow$ ”). Consideramos que a transitividade da implicação não necessita de uma prova específica para fornecer clareza e consistência ao sistema proposto por Hintikka.

(2)  $\neg(\exists x) (x = a)$

Ambas as sentenças correspondem às formalizações adotadas por Branquinho (2012), às quais vimos no capítulo anterior. Entretanto, agora temos boas razões para considerá-las adequadas, razões essas que não tínhamos antes. Essa mudança está nos termos denotativos que nelas ocorrem. Se tomarmos as fórmulas (1) e (2) sob a interpretação da teoria da quantificação padrão encontramos problemas, pois o termo ‘a’ necessariamente denota algum objeto do nosso domínio. Assim, por GE, *a* existe previamente. Isso torna (1) tautológica e (2) contraditória.

Com essa nova interpretação (1) deixa de ser uma tautologia, pois ‘a’ poderia simplesmente não denotar um objeto existente. Isso parece de fato corresponder a nossa linguagem natural. Quando dizemos “Moisés existe” não queremos eliminar qualquer questão acerca da existência de Moisés. Essa sentença pode vir a ser falsa no mundo atual, alguém pode descobrir que Moisés nunca existiu. Ela também pode ser falsa em situações contrafactuais, especialmente na situação em que os pais de Moisés não se conheceram. (2) também muda e deixa de ser contraditória. Usar a constante ‘a’ não nos compromete com a existência de uma denotação para ‘a’. Pode ser o caso de ‘a’ ser um termo vazio, não denotar um objeto existente.

Como não precisamos nos comprometer com a existência de uma denotação para ‘a’, afirmar “*a* não existe” é exatamente dizer que o denotatum de ‘a’ não existe. Novamente, isso parece corresponder à maneira ordinária de uso de existenciais negativos. Quando afirmamos “Vulcano não existe” estou querendo dizer que o denotatum de Vulcano não existe. De uma maneira geral, não esperamos pressupor a existência de um objeto para depois negá-la. Esse é um erro da teoria da quantificação que parece ter sido corrigido. Quanto à aplicação da GE para fórmulas com a ocorrência de variáveis livres, ela fica autorizada desde que a fórmula *f* seja precedida da contraparte lógica de “*a* existe” que é  $\exists x (x = a)$ .

Outro fator importante diz respeito aos valores de verdade dessas sentenças. Ambas expressam proposições que são intuitivamente verdadeiras. (1) é verdadeira se o termo denotativo realmente denota um determinado objeto existente e (2) é verdadeira se o termo denotativo não denota realmente um determinado objeto existente. Da mesma maneira, somos capazes de estabelecer os casos em que (1) e (2) seriam falsas. (1) será falsa se ‘a’ não denota o objeto determinado existente. (2) será falsa se ‘a’ denota um objeto determinado existente. Isso pode nos isentar da crítica de Russell de que sentenças com predicado de existência de primeira ordem não possuem sentido.

## 4.2 Nomes próprios na linguagem natural

Vamos agora concentrar nossos esforços em desenvolver uma imagem dos nomes próprios para a nossa linguagem natural. Temos que tentar encontrar uma maneira de lidar com uma variedade peculiar de expressões que ordinariamente classificamos como nomes próprios. De uma maneira geral, podemos apontar pelo menos quatro tipos de nomes próprios. (i) Nomes próprios que denotam algum objeto existente (no sentido atemporal), como “Sócrates”, “Donald Trump”, “Cícero”, “Luiza”, etc. Há (ii) nomes para personagens da ficção ou criaturas míticas ou lendárias, como “Pégaso”, “Hamlet”, “Homer”, “Ben 10”, etc. Há (iii) nomes para meros *possibilia*, como “Noman”. E por fim, há (iv) nomes para objetos inexistentes, como “Vulcano”, “Youth”, “Moloc”, etc<sup>40</sup>.

Uma questão é fundamental agora, o que faz com que essas expressões sejam classificadas como nomes? Uma resposta simples pode ser dada, essas expressões denotam algum objeto particular. Apesar de simples, essa resposta não é precisa. Algumas outras classes de termos possuem essa mesma função, é o caso das descrições definidas e dos termos demonstrativos. A resposta inicial precisa ser refinada. O que diferencia essas expressões de descrições definidas? Elas denotam um objeto particular sem precisar indicar qualquer propriedade desse objeto. O que as diferencia de termos demonstrativos? Elas não precisam de um gesto demonstrativo auxiliar, em geral um apontar, para denotarem um objeto. Podemos agora dizer que elas são assim classificadas porque denotam um objeto particular sem fazer referência às propriedades do objeto e sem exigir um gesto demonstrativo identificador. Bom, se esse conjunto de expressões atende a esse critério, então devemos classificá-las como nomes próprios.

Como vimos acima, os nomes próprios parecem envolver pressuposição existencial, o que identificamos por exigência da existência da referência. Essa característica peculiar dos nomes próprios deixa de fora as expressões presentes em (ii)-(iv). Dado que tais expressões

---

<sup>40</sup> Essa distinção é bem sutil. O que tenho em mente é que podemos partir de situações que sabemos que não foram obtidas. Sabemos que a fecundação apropriada entre os gametas x e y não ocorreu. A partir disso, podemos estipular uma situação meramente possível em que a fecundação apropriada ocorreu. Essa situação meramente possível acaba por resultar em Noman, um indivíduo meramente possível. Em outra circunstância, partimos de uma situação que acreditamos ser obtida. Acreditamos que há um planeta que perturba a órbita de Mercúrio, esse planeta é Vulcano. Quando alguma circunstância obtida indica que nossa crença está equivocada, então concluímos que Vulcano é um objeto inexistente. No primeiro caso, sabemos como ponto de partida que “Noman não existe” é verdadeiro no mundo atual. Já no segundo caso, como ponto de partida acreditamos que “Vulcano existe” é verdadeiro, apenas posteriormente descobrimos que ela é falsa. Veremos mais à frente que essa distinção pode ser abandonada para que, no fim das contas, tanto Vulcano quanto Noman sejam tratados como objetos meramente possíveis. Entretanto, é importante perceber que como ponto de partida essas entidades putativas podem ser entendidas de maneira distinta.

não denotam um objeto existente. rejeitamos essa característica dos nomes próprios. Em contrapartida, assumimos que nomes devem denotar um objeto particular. (I) Esse objeto da denotação pode ser existente, mas (II) ele *não precisa* ser existente. De uma maneira mais direta, devemos assumir que nomes próprios podem denotar objetos inexistentes. Defender essa tese exige explicar, então, como os nomes realmente funcionam no sentido geral e nesses casos específicos. Como pode um nome se referir a algo que não existe? É isso equivalente à teoria de Meinong? Há objetos que não existem? Nossos esforços se concentrarão em responder essas perguntas (as duas últimas negativamente). Através disso pretendemos mostrar como podemos usar expressões como nomes próprios sem envolver a existência prévia do objeto denotado.

Se atentarmos para o que é afirmado em (I), veremos que pelo menos dois tipos de nomes próprios não necessitam de esclarecimento sob a nossa visão. O tipo presente em (i), objetos que denotam pessoas que existem (no sentido atemporal) e o tipo (ii), se assumirmos a abordagem de Kripke de que nomes da ficção denotam entidades abstratas (existentes)<sup>41</sup>. Uma vez que nomes próprios podem denotar objetos existentes, esses dois tipos de nomes não levantam problemas, se forem tomados de uma determinada maneira. Relativamente ao que é afirmado em (II), restam os tipos (iii) e (iv), acerca dos quais nossa explicação se concentrará.

Qual o principal problema que envolve nomes próprios que não denotam um objeto existente? Além dos existenciais negativos que temos discutido, podemos apontar outro problema. Nomes que não denotam existentes não podem compor sentenças significativas. Se a função básica de um nome próprio é denotar, então uma sentença com um nome que não denota não é significativa. Considere as seguintes sentenças:

(1) Vulcano é o planeta que perturba a órbita de Mercúrio.

(2) Noman é o indivíduo possível gerado dos gametas x e y.

A primeira vista, se os nomes “Vulcano” e “Noman” não denotam algum particular existente, então (1) e (2) não são significativas. Entretanto, (1) e (2) parecem ser significativas. Além disso, não apenas entendemos essas sentenças, mas lhe associamos um valor de verdade. A sentença (1) parece ser falsa, pois afirma um predicado de um objeto que não estamos convencidos que possa ser dessa maneira predicável. A sentença (2), por sua vez, parece ser verdadeira, na medida em que Noman poderia ter sido atual se os gametas x e y tivessem gerado atualmente algum particular existente.

---

<sup>41</sup> Sobre a posição de Kripke acerca dos nomes ficcionais, ver: cap. 3, seção 3.1.3.

Essa maneira de explicar as sentenças acima parece amenizar um pouco o problema. Todavia, os problemas não são completamente dissipados. Como podemos predicar de algo não existente? Se o objeto não existe, não estamos atribuindo o predicado a um mero nada? A resposta que me parece mais sensata é que a atribuição de um predicado não exige compromisso ontológico. Nesse ponto, retomo a tese de Salmon que mencionei no capítulo 2, de que predicação antecede existência. Vamos tentar entender melhor o que Salmon está realmente defendendo.

Antes de esboçar essa tese de Salmon, vou apresentar uma distinção que é importante para entendê-la. Adotarei essa distinção a fim de vislumbrar a imagem que desejo defender. Podemos distinguir entre termos referenciais e termos não-referenciais (Salmon, 1987, 93). Um termo é referencial se ele denota algum objeto existente ou meramente possível. Um termo é não referencial se ele não denota nem mesmo um objeto meramente possível. Dessa maneira, os termos que observamos em (iii) e (iv) são referenciais (o caso de (iv) é explicado posteriormente). Termos como “O quadrado redondo” são não referenciais, pois pretendem denotar um objeto impossível. Essa distinção afasta nossa abordagem da teoria de Meinong, onde objetos impossíveis são supostamente denotados por alguma expressão o-tal-e-tal. Infelizmente, impede-nos de analisar sentenças como “O quadrado redondo não existe”. Isso é aceitável na medida em que estamos lidando apenas com os nomes próprios.

Entretanto, todo gênero de objeto está sujeito à predicação<sup>42</sup>, mesmo objetos impossíveis. Podemos sempre classificar um objeto sob determinado predicado. Assim, Noman é *um indivíduo meramente possível, um indivíduo possível do sexo masculino, o objeto mencionado nessa linha e na linha anterior*, entre outros. Quando falamos em termos de predicados excluímos qualquer tipo de compromisso ontológico. Atribuir um predicado representa o uso de um artifício linguístico para classificar os objetos. Posso atribuir o predicado “ser abastado” a Sam Jones sem se comprometer com a existência de Sam Jones. A relação entre os termos denotativos e os predicados pode ser meramente para classificação linguística.

Oposto a predicação está a instanciação de propriedades. Apenas objetos existentes podem instanciar propriedades, eles exemplificam essas propriedades no mundo atual. Nesse ponto estou rompendo com Salmon. “Ser um indivíduo meramente possível” não é uma propriedade de Noman, já que ele não pode ter propriedades. Na verdade, se trata de um

---

<sup>42</sup> Salmon (1987, p. 97) chega a falar em “ter propriedades”, mas prefiro falar em termos de predicação, tendo em vista que estou tentando evitar o envolvimento em compromissos ontológicos. Assim, estar sujeito à predicação equivale a poder ser classificado por um agente através de um determinado predicado, enquanto “ter propriedades” envolve determinado compromisso ontológico.

artifício linguístico para classificarmos Noman. Não precisamos estabelecer uma ontologia de objetos para usarmos nomes e predicados. Podemos nos referir aos objetos e classifica-los de uma maneira que não nos comprometemos ontologicamente. Na medida em que assumimos que nomes para objetos meramente possíveis são termos referenciais, podemos nos referir a Noman através de “Noman”. A partir disso, podemos usar os predicados mais adequados para Noman sem pressupor sua existência, pois estaremos meramente realizando classificações linguísticas. Podemos dizer que ele é um indivíduo meramente possível do sexo masculino, que ele é o indivíduo mencionado nesse parágrafo, etc. nada disso nos compromete com sua existência.

Dessa maneira, pretendo entender a própria categoria de objeto sem compromissos ontológicos. Dizer que algo é um objeto não o torna existente. Se ser um objeto é ser predicável, então ser um objeto é estar sujeito ao uso de categorias linguísticas. Todo objeto está sujeito à predicação. Por outro lado, se mudarmos nosso pano de fundo e começarmos a associar propriedades ao objeto, então ele passa a possuir um status ontológico.

Minha proposta é que quando usamos algum nome próprio que não denota um objeto existente, ele continua denotando um objeto (excluindo *impossibilias*). Nos casos de nomes para objetos meramente possíveis, quando digo “Noman não existe” quero dizer que “Noman” denota um objeto que não existe atualmente. O conceito de objeto pode ser definido estritamente como estar sujeito à predicação. E sabemos que “Noman” se refere, pois ele obedece à nossa definição de termo referencial. O predicado atribuído a Noman pode inclusive nos ajudar a explicar sua não-existência. Assim, quando afirmamos a não existência de um objeto, temos algum predicado que atribuímos a ele que implica sua não existência. No caso de Noman, temos o predicado modal, *ser um indivíduo meramente possível*.

Isso nos leva invariavelmente à conclusão de que existência não é um pré-requisito para estar sujeito à predicação, algo que é favorável à tese de que existência é um predicado de primeira ordem. Naturalmente, ela é desfavorável à posição negativa, de que existência não é um predicado de primeira ordem. Se o que não existe está sujeito a predicação, então existência é um predicado de primeira ordem dentre outros.

O predicado de existência destoa da predicação em geral, pois não podemos atribuir o predicado de existência (ou não existência) a um objeto sem incluí-lo em questões ontológicas. Então, o próprio debate acerca dos enunciados existenciais não pode ser colocado em termos de predicação (linguagem) de uma maneira que não envolva propriedades (mundo). O que há de mais característico no predicado de existência é produzir uma definição do status ontológico do objeto em questão. Posso atribuir o predicado *ser um indivíduo*

*meramente possível* a Noman, e a partir disso concluir que Noman não existe. A expressão “não existe” é responsável por definir o status ontológico de Noman, como vimos na teoria da quantificação modificada de Hintikka. Enquanto não nos envolvermos em questões acerca da existência do objeto da denotação podemos usar o nome e atribuir predicados a ele sem nos envolvermos em compromissos ontológicos. O nome por si só não fornece status ontológico a um objeto.

O caso dos objetos genuinamente não existentes é mais rebuscado. O que queremos dizer por “Vulcano não existe”? Que o nome “Vulcano” não denota um objeto existente. Esse caso é bastante interessante. Quando lidamos com nomes para objetos genuinamente não existentes temos geralmente como origem alguma suposição que veio a falhar. O caso de Vulcano elucidada bem o que quero dizer. Certo dia, por alguma razão, alguém supôs que certo objeto (um planeta) existia e que esse objeto supostamente estava perturbando a órbita de Mercúrio. Seja qual foi a evidência, essa pessoa descobriu que sua suposição falhava. Não existia realmente um objeto perturbando a órbita de Mercúrio. Podemos dizer que a pessoa que introduziu o nome esperava incluir Vulcano na classe (i) acima, mas acabou sendo obrigado a introduzi-lo na classe (iv).

Como fica a interpretação dada a “Vulcano” para esse falante e para as demais pessoas? Acredito que “Vulcano” acaba sendo entendido como um objeto meramente possível. Assim, quando alguém usa o nome “Vulcano” para denotar um objeto meramente possível que perturba a órbita de Mercúrio é apenas uma mera possibilidade que Vulcano perturbe a órbita de Mercúrio, na medida em que descobrimos que ele não existe. O predicado *ser um objeto meramente possível que perturba a órbita de Mercúrio* implica a não existência de Vulcano. O livro intitulado “Vulcano não existe” tem o intuito de mostrar que Vulcano foi apenas uma possibilidade, mas que não foi atualizada, como era esperado.

Portanto, os nomes próprios precisam denotar, mas o objeto da denotação não precisa existir. O objeto precisa apenas estar sujeito à predicação, podendo ser indeterminado quanto a seu status ontológico. Muitas vezes os predicados que atribuímos aos objetos nos dão uma indicação de seu status ontológico, mas a própria predicação, no geral, não envolve comprometimento ontológico. Os predicados de primeira ordem que normalmente envolvem compromisso ontológico são “existe” e seu correlato “não existe”. Quando usamos um nome próprio exigimos uma denotação, mas não determinamos o status ontológico do *denotatum*. Quando o status ontológico dos objetos é determinado, através de “existe” ou “não existe”, então sabemos se o nome denota um objeto existente ou não.

A maneira como desenvolvi minha análise dos nomes na linguagem natural possui duplo objetivo. O primeiro é completar a explicação de porque existenciais singulares são enunciados de primeira ordem. Creio que essa maneira de entender os nomes na linguagem natural ajuda a tornar mais intuitiva a defesa de que existência é um predicado de primeira ordem. Essa defesa acerca do predicado de existência depende, como vimos, da argumentação semântica desenvolvida por Kripke, Salmon e Branquinho e do sistema de lógica desenvolvido por Hintikka.

Minha preocupação durante essa seção é essencialmente semântica. Pode parecer que ao recorrer a exemplos e critérios envolvendo casos ordinários, minha preocupação seja pragmática. Entretanto, utilizar esse tipo de recurso é inevitável na medida em que me dispus a investigar os nomes na linguagem natural. Eles são utilizados apenas para explicar semanticamente os nomes próprios e o predicado de existência.

Desejo ressaltar que minha proposta não deve ser associada ao viés descritivista dos nomes próprios. Não quero associar os nomes próprios a descrições definidas nem mesmo a predicados. Apenas estou recorrendo aos predicados para deixar claro que nomes supostamente vazios ainda se referem a objetos e que isso não implica qualquer grau ontológico. Um ponto que talvez distinga minha proposta é que os predicados que usei não são capazes de selecionar um objeto determinado, mas sim porque o nome denota um objeto determinado podemos predicar certas coisas acerca dele. Alguns desses predicados implicam que esse objeto não existe. Minha proposta está mais próxima da referência direta, na medida em que o nome denota o objeto para somente depois atribuímos os predicados que acharmos adequados. Ao sabermos que “Noman” denota Noman, podemos atribuir certos predicados ao objeto, e o mesmo com objetos genuinamente não existentes.

O caso de Vulcano pode parecer controverso, pois supostamente ele foi introduzido através de uma descrição definida “O planeta que perturba a órbita de Mercúrio”. Entretanto, podemos ver que nesses casos de objetos não existentes a suposição inicial se mostrou falsa e acabou se tornando irrelevante para a denotação do nome. A suposição inicial só será útil para ser negada<sup>43</sup> através do predicado modal: *ser um objeto meramente possível que perturba a órbita de Mercúrio*, que não constitui mais uma descrição definida. Mesmo que um dia alguém consiga provar que há realmente um planeta que perturba a órbita de Mercúrio, não diríamos que esse planeta é Vulcano. É possível até chamá-lo “Vulcano”, mas certamente ele

---

<sup>43</sup> Negada no sentido de que ser meramente possível é a negação de existir (atualmente).

não é Vulcano. Visto que nossa suposição falhou, Vulcano não passa agora de um objeto meramente possível.

#### 4.2.1 *Enunciados de existência*

Vejam finalmente como concluímos nossa análise das sentenças existenciais. No caso de existenciais afirmativos “a existe” estamos dizendo que o objeto denotado por ‘a’ existe. Isso não é trivial, visto que há nomes que denotam objetos que não existem. No caso de existenciais negativos “a não existe” estamos dizendo que o objeto denotado por ‘a’ não existe. A ocorrência de “existe” ou “não existe” determina o status ontológico do objeto denotado pelo nome. Isso não é contraditório visto que embora os nomes possam denotar objetos existentes, eles não precisam denotar objetos existentes. Eles podem denotar objetos meramente possíveis e não precisamos nos comprometer ontologicamente com esses objetos. Essa é a leitura que adotamos para essa classe de enunciados. Acredito que ela esteja muito próxima da maneira como pensamos quando usamos esse gênero de sentença ordinariamente.

### 4.3 **Algumas objeções**

Essa visão parece resolver o problema dos existenciais. Ela oferece um tratamento de predicacões singulares de existência sem comprometer-se previamente com a existência dos objetos putativos. Entretanto, ela própria apresenta problemas. A principal objeção que se pode levantar é que quando falamos de existenciais afirmativos sob essa visão estamos afirmando que um determinado objeto possui a propriedade de existir. Isso não apresenta qualquer problema se não nos comprometemos previamente com esse objeto. Entretanto, nossa análise muda quando falamos de existenciais negativos. Sob a visão defendida acima, uma sentença existencial negativa expressa a proposição de que um determinado objeto recebe o predicado de primeira ordem da não-existência. Assim, quando temos um existencial afirmativo supostamente verdadeiro podemos falar em termos de propriedade de existência, mas quando temos um existencial negativo falamos em termos de predicado de existência. Em um caso recomenda-se a abordagem em termos de instanciação da propriedade de existe e no outro em termos do predicado de existir. Isso é problemático na medida em que se espera uma análise uniforme das sentenças existenciais.

Vamos por hipótese conceder que a análise deva ser de fato diferente em cada caso. Por um lado, se temos um existencial afirmativo verdadeiro, então devemos fazer a análise em

termos de propriedade de existência. Por outro lado, se temos um existencial negativo verdadeiro devemos fazer a análise em termos de predicado de existência. Ainda incorremos em problemas. Como devemos proceder quando lidamos com um objeto do qual não sabemos se ele existe ou não? Homero, por exemplo, não sabemos se “Homero existe” é verdadeiro ou falso. Da mesma maneira, não sabemos se “Homero não existe” é verdadeiro ou falso. Bom, se “Homero” for de fato um pseudônimo, então podemos concluir que Homero não existiu, pois esperamos que Homero seja uma pessoa determinada. Assim, “Homero não existe” é verdadeira e podemos fazer a análise em termos de predicado. O problema é que pode acontecer de não chegarmos a ter qualquer razão conclusiva para decidir sobre a existência ou não de Homero. Talvez uma saída fosse optar por realizar a análise desses casos em termos de predicado. Se não sabemos se o objeto existe ou não, então fazemos a análise de uma maneira que não nos comprometemos ontologicamente nem com objetos nem com propriedades. Nesse caso, se “Homero existe” é verdadeira mudamos nossa análise e a fazemos em termos de propriedades. Se viermos a descobrir que “Homero não existe” é verdadeira, então nossa análise permanece a mesma. Isso é problemático, na medida em que a análise lógica de uma sentença não pode depender do valor de verdade dessa sentença. Outra solução para vislumbrar é realizar nossa análise apenas em termos de predicados. Entretanto, certas posições ontológicas não poderiam ser genuinamente expressas, já que elas se dirigem às propriedades e não apenas aos predicados. Esse ponto envolve o próximo problema.

Nossa visão não permite explicar certos desacordos filosóficos. A grande maioria desses desacordos parecem ser desacordos ontológicos. Se nossa abordagem dos existenciais negativos for (meramente) em termos de predicado, então não poderemos explicar adequadamente uma posição ontológica acerca da não-existência de algo. Isso porque uma posição ontológica genuína acerca da não-existência de algo, presumivelmente, tem de ser acerca do mundo (propriedades) e não acerca da linguagem (predicados). Quando o cético diz que cadeiras não existem, ele não está apenas no nível da linguagem, mas no nível dos objetos do mundo (se houver algum). Falar meramente em termos de predicados não nos permite expressar satisfatoriamente esse gênero de posição<sup>44</sup>.

O último problema é a respeito da robustez de nossa semântica. Principalmente por adotarmos uma perspectiva milliana, parece que se espera que a relação entre o nome e o objeto seja mais robusta. Se estivermos falando do objeto apenas através da predicação, que é

---

<sup>44</sup> Essa preocupação em expressar desacordos ontológicos é mais recente, ela pode ser encontrada em textos de Fine (2009) e Voltolini (2012). Quando se busca evitar uma posição como a de Meinong, deve-se, dessa maneira, encontrar um modo de expressar certos compromissos ontológicos.

meramente uma classificação linguística, como podemos falar genuinamente em denotação? Quando digo “a não existe”, não parece que possuímos uma semântica adequada para falar em denotação, já que a interpretação fica apenas no nível meramente linguístico. Se não há qualquer grau de compromisso ontológico, então não há uma denotação no sentido padrão. De fato, parece que a relação entre o nome e o objeto seja diferente no caso de nomes vazios. Entretanto, a princípio, nossa semântica e nossa lógica não podem depender desses fatores pragmáticos. Devemos ser capazes de definir de maneira *a priori* nossa análise, não podemos depender do conhecimento do status do nome para fazer nossa análise de uma sentença.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar os problemas relacionados a sentenças singulares de existência envolvendo nomes próprios. Vimos que essas sentenças promovem resultados contra intuitivos dependendo da maneira como as interpretamos. O ponto inicial é que o predicado de existência pode ser interpretado como (i) um predicado de primeira ordem ou como (ii) um predicado de segunda ordem. Em (i) assumimos que na sentença “Moisés existe” o predicado “existe” se aplica a Moisés. Em (ii) assumimos que o predicado “existe” não se aplica a Moisés, mas a algum outro predicado.

Assumimos duas perspectivas: existência é um predicado de primeira ordem e nomes próprios são expressões puramente denotativas. Tomando essas posições como ponto de partida, seguimos para analisar os problemas que elas levantam. Especificamente acabamos por ter que entender existenciais singulares afirmativos como triviais e existenciais singulares negativos como contraditórios. Esse resultado não agrada, pois existenciais afirmativos são normalmente informativos e existenciais negativos são verdadeiros se o objeto em questão não existe.

Ao longo da introdução dividimos os problemas com as sentenças existenciais singulares em dois tipos. Primeiro, o problema semântico: como tornar o conceito de existência como um predicado de primeira ordem em um conceito filosoficamente consistente? Segundo, como interpretar logicamente o predicado de existência em enunciados singulares de existência? Resolver o primeiro problema consiste em explicar como podemos interpretar existência como um predicado de primeira ordem sem levantar problemas filosóficos. Resolver o segundo problema envolve encontrar uma maneira de expressar logicamente predicções singulares de existência como predicções de primeira ordem.

No capítulo 2, apresentamos o debate clássico entre Meinong e Russell. Vimos que Meinong encontra uma maneira de entender existência como um predicado de objetos. Sua teoria dos objetos classifica três classes de objetos: existentes, subsistentes e objetos sem Ser. Essa classificação permite que objetos que não existem possam instanciar propriedades e que existência seja mais uma propriedade de primeira ordem. Russell aponta problemas na teoria de Meinong, entre eles o comprometimento ontológico desordenado. Ele defende que “existência” é mais bem interpretado como um predicado de segunda ordem. Conjuntamente, ele sustenta que os nomes próprios devem ser substituídos por descrições definidas co-referenciais. Esse duplo processo revela que predicções singulares de existência são predicções de segunda ordem. Por fim, discutimos o critério de compromisso ontológico de

Quine. Ele sustenta que os nomes próprios não são representantes legítimos de compromisso ontológico, já que podemos substituí-los por descrições definidas. Essa posição advém de sua vertente russelliana. O que promove o compromisso ontológico são as variáveis ligadas. A análise do critério de Quine abriu caminho para vislumbramos uma saída da dicotomia tudonada. A busca por uma análise isenta de compromissos ontológicos, mas que torne possível analisar e conferir valor de verdade às sentenças de uma maneira intuitiva.

No capítulo 3, abordamos especificamente o problema semântico do predicado de existência. Buscamos fortalecer a ideia de um predicado de existência de primeira ordem apresentando e discutindo três abordagens: Kripke, Salmon e Branquinho. Kripke sustenta que predicções de existência podem ser entendidas como predicções de primeira ordem. Isso não torna existenciais afirmativos triviais, pois sempre podemos questionar a existência do objeto. Os existenciais negativos, segundo Kripke, não possuem valor de verdade. Se o objeto em questão não existe, então não há proposição para ser verdadeira ou falsa. Salmon propõe que o predicado de existência deve ser entendido como um predicado tautológico. Ele sustenta que isso não torna existenciais afirmativos triviais, na medida em que decidimos o escopo do nosso quantificador, decidimos o que pertence ao nosso domínio. Salmon, semelhante à Kripke, defende que existenciais negativos não expressam proposições, visto que o objeto que é predicado não existe. Branquinho defende que “existência” possui três características fundamentais: (i) é um predicado parcialmente definível através do quantificador existencial. (ii) se trata de um predicado de primeira ordem. (iii) não há diferença entre ser e existir. Ele propõe que predicções de existência podem ser representadas com o auxílio da identidade e do quantificador existencial. Vimos que as três deixam a desejar em alguns pontos. Kripke e Salmon não reconhecem que sentenças de existência expressam proposições. Branquinho não resolve o problema do termo sujeito de existenciais pressupor compromisso ontológico.

No capítulo 4, apresentamos um sistema de lógica livre desenvolvido por Hintikka. O objetivo de Hintikka é acomodar sentenças com termos denotativos vazios. Ele modifica a teoria da quantificação e inclui uma condição de existência para aplicar a generalização existencial a sentenças predicativas. Ele defende que os termos denotativos (constantes individuais) só denotam algum objeto no espaço lógico se a condição de existência é garantida. Utilizamos esse sistema de Hintikka para fortalecer logicamente o predicado de existência de primeira ordem. Finalmente, desenvolvemos uma perspectiva baseada nas ideias de Salmon e Hintikka. Essa perspectiva busca elucidar a semântica dos nomes na linguagem natural e apresentar uma interpretação para os existenciais singulares. A ideia básica é que

todo nome próprio denota um objeto, mas nem todo objeto denotado por um nome existe. Há nomes que denotam objetos que não existem. Todo objeto, por sua vez, está sujeito à predicação. Todo objeto está sujeito a ser classificado em categorias linguísticas. Dessa maneira, defendemos que nomes não nos comprometem previamente com a existência do objeto da denotação. Essa abordagem, junto com o sistema de Hintikka seria suficiente para contornar os problemas dos existenciais singulares. Entretanto, vimos que a perspectiva que desenvolvemos apresenta também problemas. Há, basicamente, três problemas: (i) ela não apresenta uma leitura uniforme para existenciais afirmativos e negativos. (ii) ela não é suficiente para exprimir compromissos ontológicos. (iii) ela carece de uma semântica robusta.

Naturalmente, o problema dos existenciais singulares persiste. Embora o sistema de Hintikka seja de grande valor para exprimir alguns pontos que contornam em parte o problema da ocorrência dos termos vazios em existenciais negativos, a explicação não é completa. Resta saber como explicar a denotação desses termos. A perspectiva que desenvolvemos fornece essa explicação, mas sofre dos problemas que mencionamos no parágrafo anterior. Talvez devamos pensar se esses problemas são genuínos. Será que podemos aceitar uma abordagem diferente para existenciais afirmativos e negativos, uma abordagem não uniforme? Podemos falar em compromissos ontológicos em existenciais negativos, são eles realmente imprescindíveis? Uma semântica mais robusta é realmente eficaz para falar do que não existe? O que pode a semântica sem a ontologia? Essas perguntas, ainda sem respostas conclusivas, podem nortear o desenvolvimento de uma abordagem dos existenciais singulares.

O que há de mérito é que conseguimos apresentar as perspectivas a favor da ideia de que os existenciais singulares são predicções de primeira ordem. Essa ideia foi muito desacreditada, mas foi retomada nas últimas décadas e esclarecida tanto filosoficamente quanto logicamente. Adotá-la permite fornecer uma explicação intuitiva aos existenciais singulares. Talvez seja preciso modificar uma ou outra regra lógica para acomodá-la adequadamente, mas Hintikka mostrou que esse passo não é tão radical quanto possa parecer. Se os problemas não foram resolvidos, pelo menos “existência” como um predicado de primeira ordem parece não ser mais uma noção tão problemática.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Valdetonio Pereira de. A epistemologização da semântica dos nomes próprios. *Argumentos*, ano 4, nº. 8 – 2012, pp. 232-241.
- BRANQUINHO, João. What is existence?. *Disputatio*, vol. IV, nº 34, pp. 575-590. 2012.
- FINE, Kit. **The question of ontology**. *In: Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. New York: Oxford University Press, pp. 157-177. 2009.
- HAACK, Susan. **Filosofia das lógicas**. São Paulo: Unesp. 2002.
- HINTIKKA, Jaako. Existential presuppositions and existential commitments. *The Journal of Philosophy*, Vol. 56, No. 3, Scandinavian Number (Jan. 29, 1959), pp. 125-137.
- IMAGUIRE, Guido. Nomes próprios entre semântica e epistemologia em Russell. *Manuscrito – Rev. Int. Fil.*, Campinas, v. 29, n. 2, jul.-dez. 2006, pp. 437-455.
- KRIPKE, Saul. **Naming and necessity**. Cambridge MA: Havard University Press. 1980.
- KRIPKE, Saul. **Reference and existence**. New York: Oxford University Press. 2013
- LECLERC, André. **O essencialismo desde Kripke**. *In: Metafísica contemporânea*. (Orgs) Guido Imaguire e Manfredo de Oliveira. 2006.
- MEINONG, Alexius. **The theory of objects**. *In: Realism and the background of phenomenology*. Tradutor: Isaac Levi, D. B. Terrell, and Roderick M. Chisholm, pp. 76 – 117. 1960.
- MILL, John Stuart. **Sistema de lógica dedutiva e indutiva**. *In: Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 2ª Ed. Tradução: J. M. Coelho, pp. 81-257, 1979.
- QUINE, Willard Van Orman. **On what there is**. *In: From a logical point of view*, New York: Harvard University Press. pp. 1-19, 1961.
- QUINE, Willard Van Orman. **Sobre o que há**. *In: De um ponto de vista lógico*, São Paulo: Unesp. Tradutor: Antonio Ianni Segatto, pp. 11-35. 2011.
- RUSSELL, Bertrand. On denoting. *Mind, New Series*, vol. 14. Oxford: Oxford University Press, pp. 479-493, 1905.
- RUSSELL, Bertrand. **The philosophy of logical atomism**. *In: The collected papers of Bertrand Russell*, vol 8: the philosophy of logical atomism and other essays, 1914-19. Ed. Jonh G. Slater. London: Routledge, pp. 155-244, 1986.
- SALLES, Sagid. Fazendo de conta que Vulcano não existe. *Philosophos*, Vol 20, N. 2, pp. 171-196. 2015

SALMON, Nathan. Existence. **Philosophical Perspectives**, Vol. 1, Metaphysics, pp. 49-108. 1987.

SWANSON, Carolyn. **Reburial of nonexistents**: reconsidering the Meinong-Russell debate. 2011.

VOLTOLINI, Alberto. All the existence that there are. **Disputatio**, Vol. 4, N. 32, pp. 361-383. 2012.